



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PRESIDENTE: SÍLVIA DA BANCADA FEMINISTA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública semipresencial de 2022 da Comissão Extraordinária de Segurança Pública.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br no *link* Auditórios Online e pelo canal YouTube desta Casa.

Essa audiência pública foi chamada em atendimento ao requerimento 01/2022, de autoria da Vereadora Silvia da Bancada Feminista e tem, como pauta, a Operação Caronte e o debate sobre as ações da Prefeitura e dos órgãos de Segurança Pública do município e do Estado na região da cracolândia.

Então, abrindo aqui os trabalhos, digo que é um tema que nós temos tratado aqui na Câmara. O tema da questão da cracolândia já é antigo. Não é um tema novo. É um tema bastante polêmico, com bastante atores e não só pessoas interessadas, mas também pessoas envolvidas nessa questão no território. É um tema que divide opiniões. Então, nós temos uma audiência pública e acredito que a nossa principal tarefa aqui é tanto ouvir, escutar e Executivo e as autoridades, como também ouvir as pessoas envolvidas nos trabalhos sociais que nós temos na região e as pessoas que se inscreveram, para poder também opinar. Acredito que há muitos moradores que se inscreveram também para participar da audiência.

Então, vamos, nesse primeiro momento, ouvir os nossos convidados.

Chamo para participar da mesa os Srs. Dalmo Luiz Coelho Álamo, representante do Executivo e Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Urbana; e Leandro Ramalho, inspetor do Iope.

Está presente aqui conosco o Vereador Fabio Riva, Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara Municipal e o Sr. Coronel Camilo, Secretário Estadual de Segurança Pública, de forma *on-line*.

Todos os nossos convidados terão oito minutos de fala e nossos inscritos, três

minutos.

Tem a palavra a Sra. Letícia Avelar, Defensora Pública e coordenadora auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria, de forma *on-line*, representando a Defensoria Pública do Estado.

A SRA. LETÍCIA MARQUEZ DE AVELAR – Bom dia a todos. Eu queria inicialmente agradecer a oportunidade de estar aqui hoje para falar sobre esse tema tão complexo e tão desafiador para todos nós, a questão da cracolândia, as violações de direitos e as situações inúmeras que a gente vê ali, especialmente direcionadas a pessoas que estão em situação de enorme vulnerabilidade social. Então, a cracolândia reflete problemas de ordens diversas que nos desafiam, enquanto sociedade, no âmbito do Poder Público e no sistema de Justiça também. Não há uma solução fácil. Acho muito importante essa iniciativa, de debatermos aqui hoje.

Então, agradeço a Câmara Municipal de São Paulo por essa iniciativa, na pessoa da Sra. Silvia Ferraro e da bancada feminista do PSOL. Agradeço também ao Vereador Fabio Riva, Presidente da Comissão Extraordinária de Segurança Pública desta Câmara Municipal e a todos os demais presentes que estão nos vendo aqui hoje.

Enquanto Defensoria Pública, nós temos um olhar bastante voltado às pessoas em situação de grande vulnerabilidade social que estão naquela região; e temos uma preocupação muito grande, em garantir os direitos dessas pessoas. Infelizmente a gente as vê sendo desrespeitadas dia após dia, semana após semana e ano após ano, porque, como eu comecei dizendo, não é uma questão simples que assola a região da cracolândia. Há questões de Saúde, de Assistência Social e de moradia, que são tratadas, pelo menos, pelo que a gente pode observar, no viés da Segurança Pública, pelas forças de repressão do Poder Público, sem os devidos encaminhamentos em outras áreas, o que seria essencial na nossa visão, enquanto Defensoria Pública, para o encaminhamento adequado do problema.

Então, o que a gente vê são sucessões de acontecimentos, de programas que têm nomes diversos. Então, já houve Nova Luz, Braços Abertos, Redenção, Redenção Fase 2 e Redenção Fase 3. São projetos da municipalidade, que vêm se sucedendo, em tentativas de

acerto e erro, que são substituídos, algumas vezes, no conteúdo e, em outras vezes, só há uma alteração de nome.

O que se conclui, no fim das contas, é uma falta de continuidade e de estabilidade dessa política pública; e isso acaba sendo tratado com pouco profissionalismo, reduzindo as possibilidades de êxito. Então, são tentativas e erros com seres humanos e com muito gasto de dinheiro público em políticas públicas descontínuas e pouco eficientes.

Então, existe aí da parte da Defensoria Pública de São Paulo uma crítica com relação ao Poder Público, como essa situação vem sendo enfrentada. Nós notamos que faltam profissionais e faltam ações articuladas e estratégicas de saúde e Assistência Social na região, mas há três atores que nunca faltam ali: o traficante de drogas; o usuário, o dependente; e as forças estatais de repressão.

Então, a gente vê o Poder Público aparecendo nessa região apenas para atuar nesse viés da repressão da Segurança Pública, a pretexto de combater os traficantes. As forças de repressão atacam os usuários, que sofrem, em consequência, a violência do traficante, a violência das Polícias e as fraquezas próprias e pessoais derivadas da sua dependência química e da exclusão social.

Então, a Defensoria Pública vem atuando bastante, com bastante intensidade e frequência ali, para defender os direitos e garantias das pessoas em situação de rua e dos dependentes químicos. Existem alguns processos já. Então, há algumas ações já judicializadas que estão pendentes de julgamento no âmbito do Poder Judiciário de São Paulo. Um deles é um processo mais antigo, de 2012, que é uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, para discutir a atuação das Polícias na região da cracolândia.

Nós, da Defensoria Pública de São Paulo, interviemos nesse processo depois que ele já havia começado. Houve uma sentença, prolação de sentença desfavorável ao pleito do Ministério Público. Nós ingressamos, interpusemos apelação e requeremos nosso ingresso como litisconsórcio ativo. A sentença foi anulada e estamos aguardando a prolação de nova sentença. Esse projeto, como eu disse, discute a atuação das Polícias na região da cracolândia.

Existe outra ação, que nós da Defensoria Pública ajuizamos, que foi, em novembro de 2021, em razão das remoções forçadas de pessoas que moravam, nas quadras 37 e 38 na região dos Campos Elísios. Foram remoções forçadas de pessoas das suas casas. Foi uma ação truculenta e violenta da lope da GCM juntamente com a Polícia Civil, que deixaram desalojadas milhares de famílias com seus pertences nas mãos, sem nenhum encaminhamento para a Assistência Social, para a Saúde ou mesmo de moradia, o que seria essencial para aquelas pessoas, naquele momento, que foram despejadas de suas casas, com crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Nós ajuizamos essa ação, em novembro de 2021, e ainda estão pendentes de julgamento os pedidos que nós fizemos de indenização.

Aí, por fim, nós tivemos uma última ação ajuizada em maio de 2021. Na verdade, foi o Ministério Público novamente que ajuizou essa ação; e nós, da Defensoria Pública, ingressamos posteriormente como assistente litisconsorcial, em julho de 2021. Essa ação discute especificamente a atuação da Guarda Civil Metropolitana na região da cracolândia, inclusive as atitudes e a postura da GCM, enquanto Força de Segurança Pública, questionando a constitucionalidade da atuação da GCM enquanto força policial, já que a Constituição Federal faz essa distinção, que a Guarda Civil Metropolitana não seria Polícia. Então, existe aí uma ação discutindo especificamente a atuação da GCM na região da cracolândia. Como eu disse, é uma ação ajuizada pelo Ministério Público; mas, nós, da Defensoria Pública, ingressamos posteriormente como assistente litisconsorcial, e tivemos uma decisão em agosto de 2021, indeferindo o pedido de tutela de urgência que nós fizemos nessa ação.

No entanto, nós interpusemos recurso para o Tribunal de Justiça de São Paulo e, no último dia 22 de junho, tivemos uma decisão importante do Tribunal de Justiça de São Paulo, determinando que a municipalidade deve coibir os excessos praticados pela Guarda Civil Metropolitana, atuando não somente na forma repressiva, com a instauração de procedimentos administrativos após a ocorrência do fato, mas também, de forma preventiva, a fim de garantir que os guardas civis municipais, quando das suas atuações façam-nas somente com as medidas

necessárias, para conter as ocorrências na região da denominada cracolândia, sem excessos, de modo que a atuação seja pautada dentro dos limites legais, principalmente constitucionais, sem que haja desvio de poder. Então, foi uma decisão bastante emblemática.

Bom, eu falei um pouco sobre a nossa atuação, mas é importante aqui a gente discutir o cenário atual que está ocorrendo ali na região da cracolândia. Desde o início desse ano, as ações da Prefeitura de São Paulo são voltadas à remoção das pessoas, tanto as que habitavam nas quadras 37 e 38, sobre a qual nós temos já uma ação judicializada, mas também a remoção do chamado fluxo de lugar.

E com isso houve a intensificação da violência e das ações arbitrárias praticadas pelas forças de segurança ali na região. Então, houve uma mudança de fluxo da Rua Helvétia e Dino Bueno para a Praça Princesa Isabel inicialmente, em março de 2022. Houve uma ação extremamente violenta no dia 11 de maio de 2022 contra essas pessoas, visando à desocupação da Praça Princesa Isabel, e atualmente o que nós vemos é que essas pessoas estão dispersas pela Cidade. Então, não se pode dizer que a cracolândia acabou, como eu venho dizendo desde o início da minha fala. É um problema supercomplexo, de difícil solução. Ninguém acabaria com a cracolândia de um dia para a noite; e dispersas as pessoas não é uma situação que facilita esse problema, que encaminha de forma adequada ou que se resolve o problema.

O que a gente vê hoje são minicenas, minicracolândias dispersas pela cidade, cenas de uso que estão ali dispersas pelo centro de São Paulo.

Então, concluindo, nós, da Defensoria Pública, estamos aqui abertos ao debate, dispostos a participar de tantas conversas e audiências públicas quantas forem necessárias, mas, no nosso entendimento, a solução está longe de ser a dispersão dessas pessoas, está longe de ser a mudança de lugar e está longe de ser com a repressão policial. Forças de Segurança Pública não vão resolver os graves e complexos problemas ali daquela região, que devem ser encaminhados nas áreas da Saúde e da Assistência Social, de acordo com o nosso entendimento.

Eu agradeço a todos. Peço desculpas. Eu gostaria de ter falado muito mais. O tempo

é curto, mas estou aqui à disposição, para responder os esclarecimentos que se façam necessários.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Letícia Avelar, Defensora Pública e coordenadora auxiliar do Núcleo de Direitos Humanos.

A gente vai chamar agora a nossa próxima convidada, Sra. Maria Angélica Comis, do Centro de Convivência É de Lei.

A SRA. MARIA ANGÉLICA COMIS – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite, para estar aqui nessa audiência pública, que eu considero fundamental, para que a gente possa discutir a cena de uso, especialmente na região central. Eu atuo no território, no centro de convivência de lei há pelo menos dez anos; e eu gostaria de trazer alguns dados, que acho que são bem importantes, para que a gente possa conversar. O primeiro deles é que, em 2015, foi realizada uma pesquisa pela plataforma brasileira de política de drogas, que indicou que, dentre os beneficiários do Programa de Braços Abertos, a principal Polícia que os usuários e as usuárias tinham medo era a Guarda Civil Metropolitana, principalmente o Iope.

Então, em 2015, essa inspetoria foi retirada do território, justamente porque ela era considerada uma inspetoria que trazia muito mais atuação com maior truculência entre as pessoas que frequentavam a região. E o que a gente percebe é que hoje existe uma atuação dessa inspetoria mais presente no território e com uma frequência muito maior de atividades. É um dado para que a gente possa refletir e conversar.

Além desse dado, o que a gente pode observar é que, no artigo 3º da lei 13.022/2014, há alguns pontos que falam, que versam sobre Direitos Humanos e mediação de conflitos; e é o que a gente não está vendo, além da redução do sofrimento. Está dentro desse artigo. E eu fico me perguntando como que é feita a proteção das pessoas em situação de risco, quais são os indicadores e metas da Guarda Civil Metropolitana para a região central e o que está sendo feito para se reduzirem os atos de indisciplina observados, inclusive veiculados na mídia desses servidores.

Outro ponto é que o efetivo da Guarda Civil Metropolitana, que é inferior a dez mil agentes, tem gerado um custo maior para o Poder Público Municipal, porque é necessário, por exemplo, fazer contratação de serviços de segurança privados, terceirizados, principalmente em equipamentos de saúde.

Então, a gente tem um deslocamento da nossa Guarda Civil Metropolitana para a região central, porque ela é considerada um grande problema de segurança pública, e a gente entende que é muito mais um problema de assistência social, falta de moradia e de saúde pública, em detrimento das atuações voltadas aí para os serviços públicos.

Outro ponto que eu gostaria de lembrar é que, em 2015, foi feita uma ação de inteligência pela Polícia Civil junto ao Poder Municipal, da apreensão de três traficantes na região da Luz, e que não foi nem veiculada pela mídia, porque foi uma ação tão bem organizada e sem nenhum tipo de violência. Foi feita então uma investigação. Fez-se a prova, requereu-se a preventiva e, quando saíram da região, foram apreendidos, sem colocar outras pessoas em risco.

Então, eu gostaria de entender também porque se mudou esse modo, já que existe essa busca, por prender pessoas que são chamadas de traficantes, mesmo sendo micro, microtraficantes, em detrimento de prisão de pessoas que estejam realmente envolvidas com o tráfico maior de substâncias. Então isso também me chama atenção, porque, em 2013, em 2015, houve essa apreensão e não houve nenhum tipo de violência. E por que, nesse momento, é preciso fazer essas ações tão grandiosas, que utilizam inclusive armas de grosso calibre para atuar na região?

Há outro ponto que eu gostaria de trazer também, já que, no artigo 18 do decreto 50.448/2009, que institui diversas atribuições para a Guarda Civil Metropolitana, existe a central de telecomunicações e videomonitoramento; e, no inciso II, é dito que ele vai atuar na integração das comunicações com os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, que compõem o sistema de segurança pública.

Por que esse tipo de estratégia não continua sendo utilizado?

Outro ponto que tem como estratégia a Inspeção de Operações Especiais, que tem

como apontamentos atuar na mediação de conflitos com profissionais preparados para intermediar os impedimentos necessários sem o uso da força. E isso não é o que acontece na região da Luz.

Ontem, por exemplo, eu estava na Sé e passei ao lado de um carro da Guarda que estava abordando um rapaz e levei um susto com o cachorro que estava dentro do carro. O policial, o Guarda, falou: “É melhor não passar perto do carro”. Mas como eu vou adivinhar? Era uma transeunte passando.

Eu vou usar o restante do meu tempo para apresentar um vídeo sobre essa temática, desses pontos que eu gostaria que fossem levados em consideração.

Obrigada.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Maria Angélica Comis, da organização do Centro de Convivência É de lei, pela sua participação, pelo vídeo que nos mostrou.

Quero anunciar a presença da Vereadora Luana Alves, a quem convido para compor a Mesa.

Tem a palavra a Sra. Paula Nunes, advogada criminalista e Coveadora da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA NUNES – Bom dia a todas e todos que nos acompanham. Agradeço a todos pela presença nesta audiência pública. Debater esse tema na Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal tem uma importância, por isso que agradeço a presença tanto dos representantes da Secretaria de Segurança Urbana, como da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

A importância de debater esse tema no âmbito da segurança pública tem a ver justamente com o fato de que estamos muito acostumados a falar sobre a situação da região conhecida como cracolândia nesta Casa, na perspectiva da falta de direitos que está implementada lá, no fechamento dos equipamentos públicos, da necessidade de implementação

de uma política de redução de danos.

Especialmente no último ano, do meio do ano passado até este ano, nós vimos uma mudança na perspectiva da atuação das polícias, da Guarda Civil Metropolitana, na região. E isso nos interessa muito. E, ainda que a violência sempre tenha existido, é uma mudança que veio com a chamada Operação Caronte, que por si só tem um nome bastante preconceituoso, que estigmatiza as pessoas que vivem na região.

Com a Operação Caronte e as prisões que aconteceram no meio do ano passado, desde então, a polícia vem mudando a sua estratégia na região. Começou com a prisão de pessoas longe do fluxo, então a filmagem de pessoas do fluxo, depois a prisão das pessoas conhecidas como traficantes de drogas longe do fluxo; depois houve um cercamento do fluxo na região e a mudança do local do fluxo. E agora, o que a imprensa tem chamado de estratégia do “dividir para conquistar”, numa tentativa de prisão de pessoas dentro das regiões do fluxo e pessoas chamadas pelo Delegado responsável pela operação de “lagartos”, uma expressão que eu nunca tinha ouvido antes e que traz a ideia da prisão de usuários de drogas.

A notícia que a gente tem, que foi divulgada pela imprensa, é de que cerca de cem mandados de prisão foram expedidos até maio deste ano, dos quais cerca de 60 eram pessoas reconhecidas como usuários. E o que o Delegado responsável pela operação diz é que as pessoas têm mesmo que ser presas, que é necessário prender as pessoas usuárias de drogas, porque elas que fazem o tráfico funcionar na região.

Isso, em termos de política de segurança, é completamente ineficaz. Pessoas que são usuários de droga são facilmente substituídas em termos de tráfico e justamente por isso é necessário que se pense uma política de segurança pública eficaz. Se fosse a prisão dos usuários de droga, com certeza a cracolândia não existiria há 30 anos.

Então, a importância de debater esse tema tem a ver com entender, da nossa parte, da Câmara Municipal, em que consiste manter e quais são os custos de uma operação que mantém 150 agentes de força policial, 200 policiais civis, 300 policiais militares e 150 GCMs? E qual é a real eficácia de uma operação como essa?

Por isso, reitero a importância de debater esse tema na Comissão de Segurança Pública e, mais do que isso, debater com os representantes do Executivo que atuam nessa área.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Paula Nunes.

- Manifestação na galeria.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Eu peço que os senhores falem no momento da inscrição dos senhores, porque os senhores estão numa audiência pública, onde cada um tem o seu espaço de fala e vamos respeitar o espaço de cada um. Os senhores estão inscritos e usarão o microfone para falar no tempo em que os senhores estão inscritos. Os moradores estão inscritos também.

- Tumulto.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Os senhores estão desrespeitando uma audiência pública. Todo mundo tem seu espaço de fala aqui e os senhores vão falar no tempo de inscrição. Então, eu espero que respeitem o tempo das outras pessoas.

O Coronel João Camilo pediu para ser o próximo a falar, porque ele vai precisar sair. Então, vou passar a palavra a ele.

O SR. FABIO RIVA – Presidente, a minha intervenção é para entender a ordem de inscrição. Sem dúvida o Coronel Camilo tem preferência na fala.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Okay, Vereador.

Tem a palavra o Coronel Camilo, representando a Secretaria Estadual de Segurança Pública.

O SR. CORONEL CAMILO – Bom dia, Presidente, Vereadores. Muito obrigado pela deferência na fala e bom dia a todos os presentes nesta audiência pública.

Primeiro, parabenizar a todos. Quanto mais nós discutirmos a questão da cracolândia, assim como qualquer item de qualquer área na Segurança Pública é importante. E dizer a todos que a Secretaria de Segurança Pública está aberta ao diálogo, para aquilo que

puder nos ajudar de alguma forma, melhorar e ajudar a vida das pessoas, é isso que nós pretendemos.

Vamos falar especificamente sobre a região da cracolândia, seja na av. Cleveland, onde não tem mais, seja na Princesa Isabel, onde também foram retirados, ou em qualquer outro pedaço onde tenham pequenas aglomerações. Deixar bem claro que o interesse da Segurança Pública de São Paulo, apoiando o Projeto Redenção, que é o projeto da Prefeitura, é resgatar as pessoas, fazer com que a área social e de saúde consiga abordar as pessoas, chegar nas pessoas. Onde nós tínhamos 500, 1000, 2000 pessoas, chegou a até 5000 pessoas, ali na Cleveland, nós não tínhamos mais acesso do Poder Público às pessoas. Então, foi necessária uma intervenção da área de segurança e num trabalho coordenado.

Primeiro, não é uma operação de tentar para ver se dá certo. Isso tem sido estudado há muito tempo, acredito que os nossos amigos da Prefeitura falarão sobre o projeto, mas se estudou muito o que acontecia nas cracolândias do mundo todo, para depois desenvolver um projeto bem elaborado, com continuidade, que tenha o encaminhamento das pessoas.

A nossa cracolândia tem muito mais de 30 anos. Eu trabalhei nessa área em 1981 e já existia de uma forma um pouco diferente, era mais maconha especificamente, mas já existia desde aquela época. Então o nosso interesse é ajudar a resgatar as pessoas.

O projeto foi bem-feito, tem três fases: a abordagem, o acolhimento/ tratamento e, depois, o encaminhamento para o emprego. Pela primeira vez, um projeto se preocupa em encaixar essas pessoas novamente na sociedade.

Outra coisa que eu queria deixar bem claro é que a polícia tem trabalhado contra o traficante. A Operação Caronte, muito bem desenvolvida pelo nosso Delegado Roberto Monteiro, com o apoio da Guarda Municipal e da Polícia Militar, visa só o traficante. O traficante domina esse pessoal que está ali, os consumidores de drogas, e acaba não deixando que eles sejam atendidos pela área de saúde e social.

Outra coisa também é que não é uma operação isolada só de segurança, não é só de polícia. Pelo contrário. Essa ação é muito mais uma ação do Município de saúde, de zeladoria,

também de assistência social, na qual são feitas muitas abordagens. Acredito que os nossos amigos da Prefeitura trarão os números de pessoas que conseguiram receber o acolhimento depois das ações conjuntas da Prefeitura, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Guarda Civil, inclusive com a participação da área social do Estado e da Prefeitura, a saúde do Estado e da Prefeitura, com forte participação também da Subprefeitura da região.

Então, não é uma operação que surgiu de uma hora para outra, ela foi muito bem planejada e está sendo executada.

Por fim, a parte quando aconteceram as prisões, que muitos falam: “Ah, mas será que foi uma prisão legal?”, essas prisões foram tão bem investigadas e os que foram presos tiveram suas prisões transformadas em prisões preventivas, 100% delas. Então, ali não se pegou o usuário, mas o traficante.

Esse projeto não começou agora, fazemos reuniões semanalmente de acompanhamento do projeto e esporadicamente com a própria presença do Governo do Estado, da Prefeitura, que teve uma reunião de avaliação ontem. Então, a ideia é melhorar. Por isso, esta audiência pública pode agregar valor, pode trazer novas informações para que a gente melhore.

Então, voltando a falar: não é uma ação de polícia, é uma ação da Prefeitura de São Paulo dentro de um programa bem estudado, chamado Redenção, que tem início, meio e fim para o encaminhamento das pessoas: elas são encaminhadas para o trabalho. Isso é superimportante.

A Segurança Pública está à disposição e eu fico à disposição dos Vereadores de São Paulo, pois fui Vereador e sei a importância desse trabalho. Fico aberto para qualquer informação, qualquer questionamento, qualquer ação.

Mais ainda, se foi cometida alguma irregularidade em alguma ação, peço para a nossa Defensora Pública, para todos os que estão acompanhando, que tragam ao conhecimento da Secretaria de Segurança, que nós vamos estudar o caso específico para ver se houve algum erro, alguma ação que não foi de conformidade e será analisada rigorosamente, não tenham dúvida.

Nós queremos acertar, temos vontade de acertar e de ajudar essas pessoas. Agora temos certeza de que essa dispersão que aconteceu facilitou o acesso da saúde e da área social aos drogaditos. E muitos deles estão sendo internados, tratados, e digo com muita satisfação que alguns deles estão sendo colocados no mercado de trabalho.

Coloco a Secretaria de Segurança à disposição durante a audiência. E se caso não conseguir responder às questões nesta audiência ainda, eu peço que nos encaminhe que faremos questão de responder todas as questões.

Parabéns pela iniciativa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Coronel Camilo. Se, por acaso, o senhor tiver de sair antes e houver perguntas, nós encaminharemos as perguntas ao seu gabinete.

Pergunto se os Vereadores presentes desejam fazer uso da palavra.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Vereadora Silvia, Presidente desta audiência. Agradeço a presença de todos. Eu acho importante que a gente consiga ter espaços públicos de debate sobre o tema da Cracolândia, sempre com bastante honestidade e com uma visão real de como poder resolver o problema, sem nenhuma solução mágica, porque não há solução mágica.

Sou Vereadora da cidade e sou também psicóloga. O Coronel Camilo falou do Programa Redenção, que há alguns anos tem sido a política prioritária da Prefeitura, em conjunto com o estado.

É um programa que foi iniciado a partir da gestão Doria. E é um programa que muito honestamente – digo isso em especial aos representantes do Governo do Estado e da Prefeitura que estão aqui – é muito mais ineficaz que o programa anterior, o de *Braços Abertos*. Isso é uma coisa sobre a qual não existe dúvida, basta vermos o tamanho do programa que nós estamos enfrentando agora.

A cracolândia, os espaços de cenas de uso de *crack*, tem no mundo inteiro. Em toda

grande cidade do mundo a que vocês forem, vocês vão ver espaços em que se faz uso prejudicial e alguma substância. Pode ser *crack*, pode ser heroína, pode ser qualquer espaço público onde se faz uso prejudicial da droga. Mas aqui em São Paulo trocamos uma política que tinha alguma eficácia, porque juntava habitação, saúde e assistência, por uma política, a Redenção, que junta duas coisas – repressão policial junto com a internação involuntária, que é absolutamente ineficaz.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUANA ALVES – Peço respeito.

Eu acho que neste espaço nós estamos fazendo um debate sério, ninguém aqui quer aparecer; as pessoas querem fazer um debate sério.

O que acontece hoje é que o programa Redenção não está causando, de fato, a repressão ao tráfico. Qualquer um sabe que não está tendo repressão ao tráfico. Com todo o respeito ao Coronel Camilo, mas nós sabemos que ali se prende um ou dois vendedores de drogas, e no dia seguinte já tem outros. Sabemos que isso é uma realidade. Não causa de verdade um tratamento eficaz para quem faz uso abusivo da droga. Não tem. O programa De Braços Abertos tinha a abordagem da redução de danos, que é comprovadamente a melhor. Colocar a abordagem simplesmente da abstinência como a única chance é diminuir a eficácia de uma política real.

Sabemos que quando tratamos de uma questão complexa, quando temos um problema complexo, a resposta também é complexa. A resposta real para quem quiser fazer uma política naquela região vai ter que passar pela questão da habitação. Hoje, não tem a questão da habitação colocada; não tem o *Housing First*. Acabou-se completamente com a política de utilizar, sim, hotéis no centro da cidade, utilizar vaga no centro da cidade, para abrigar as pessoas que estão na rua e que fazem uso abusivo de droga. Tirou-se essa política. Tirou-se também a política de frente de trabalho com a Prefeitura, pela qual as pessoas que eram usuárias poderiam, por exemplo, assumir postos ligados à zeladoria da cidade. Acabou-se com isso. E foram fechadas vagas de acolhimento.

Não é verdade que está tendo um aumento das vagas de acolhimento. Estamos com menos psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais nos CAPS da região. Estamos com menos vagas de política pública, estamos com menos vagas na Assistência – em especial, desde a pandemia. Não adianta fazer operações policiais espetaculosas enquanto não se tem uma continuidade de políticas públicas de recuperação dessas pessoas. Isso é falácia. Isso é fazer uma operação policial. Chamar a imprensa para isso. Muitas vezes, gerar uma situação em que se tem violações de direitos humanos e não resolver nada, nem para as pessoas que estão ali fazendo uso abusivo de droga, nem para os moradores da região, nem para os comerciantes da região. Prova disso é que tem gente aqui reclamando que não tá feliz com o que está acontecendo ali. Ninguém está feliz.

Então eu queria que fizessemos um debate honesto sobre qual é a melhor política para aquela região. E a melhor política para aquela região é juntar as frentes de atuação da Prefeitura, entendo que não se vai resolver a questão enquanto não houver um programa articulado com habitação, com saúde, com assistência social, com muitos mais profissionais da assistência social.

Hoje tem menos assistente social do que já teve na cracolândia. O assistente social é a pessoa que vai poder fazer o vínculo com aquela pessoa que está naquela situação, é alguém que vai poder ir atrás do histórico familiar, é alguém que vai poder ajudar aquela pessoa a retomar vínculos familiares e comunitários. Se não tiver esse trabalho, a pessoa não vai sair daquele lugar. Se não tiver política pública de saúde e assistência, não vai haver nenhuma possibilidade de a pessoa diminuir o uso da droga. Não é uma operação policial no espaço, sem nenhuma articulação com as outras políticas, que vai resolver a situação ou que vai, de alguma forma, oferecer uma saída para aquelas pessoas. Então eu queria que conseguíssemos fazer esse debate honesto.

De forma muito sincera, eu queria escutar isso do Executivo: se acha que, de fato, é mais eficaz a operação *Redenção*, que busca juntar internação involuntária com ação repressiva do que uma política que junta habitação, assistência, saúde e acompanhamento longitudinal das

pessoas que estão naquela situação.

Eu queria colocar esse debate para o Executivo, tanto estadual quanto municipal.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereadora Luana Alves.

Quando o Vereador Fabio Riva quiser falar, ele pede a palavra.

Chamo o nosso próximo convidado, Sr. Alderon Costa, da Associação Rede Rua, que participará virtualmente da reunião.

O SR. ALDERON COSTA – Bom dia a todos, todas e *todes*.

Quero agradecer à Vereadora Silvia e ao Vereador Fabio Riva por esse convite.

Agradecer também por esse espaço, que eu acho que é um espaço importantíssimo de diálogo, com essa perspectiva de debater a segurança pública. E contribuir, a partir da segurança pública, com outras comissões também, inclusive, a Comissão de Direitos Humanos. Vou tratar disso mais para a frente.

Às companheiras e aos companheiros que já falaram aqui, gostaria de dizer que representaram muito bem um pouco do que eu vou falar também.

Temos como pauta essa Operação Caronte e discutir também a ação da Prefeitura.

Quero trazer algumas reflexões que temo realizado em vários grupos que estão próximos dessa realidade, principalmente na perspectiva de avançarmos para montar, construir e produzir uma proposta que realmente venha a contribuir com aquele território, seja na visão daqueles moradores – inclusive, alguns estão presentes –, na dos comerciantes, na das pessoas que passam por essa região, seja na perspectiva das pessoas que estão fazendo uso de substâncias, de drogas, dos trabalhadores, que nós não podemos esquecer, que estão lá todo dia – da Assistência, da Saúde, dos Direitos Humanos, Habitação, da Segurança Pública. Temos também essa preocupação. E na visão das organizações que estão ali com o objetivo de defender a vida.

Inicialmente, quero destacar que precisamos de alguns princípios e requisitos para

atuar naquele território.

Passo a sugerir alguns.

Primeiro, o diálogo. Eu acho que é importante estabelecermos um diálogo verdadeiro – trazer números, propostas. E aí eu quero divergir um pouco do Cel. Camilo. Mas entendo. A nossa perspectiva é uma. Eu tenho ido lá no fluxo.

Quero só dizer ao Coronel Camilo que da última vez que eu fui lá, 15 dias atrás, nós tivemos algumas pessoas que vieram pedir para fazer tratamento. E até aquele momento eles não tinham conseguido pela Prefeitura. Então temos um gap entre aqueles que querem e a Prefeitura, que não está possibilitando isso. Nesse mesmo dia, tive lá duas denúncias de violação de direitos humanos. O senhor sabia que lá no território a alimentação é distribuída aberta, eles não têm o direito de pegar alimentação fechada? Parece simples, não é, mas é uma violação de direitos. As pessoas têm o direito de ter a sua comida inviolada. Então precisamos estar mais perto do território. Mas falo isso até agradecendo ao Cel. Camilo por esse espaço de diálogo. E vamos aproveitar essa deixa do Coronel para marcarmos uma conversa e levar um pouco do que estamos olhando no território. E eu acho que esse diálogo tem que ser efetivo, temos que avançar nisso aí.

Trago também as ações, que devem ter um parâmetro de dignidade humana. Todas as ações têm que ter essa perspectiva do direito, do respeito ao direito da dignidade humana. E temos percebido que isso não tem acontecido.

As ações precisam estar conectadas, serem intersetoriais e dialogadas. As colegas já falaram sobre isso. Isso é importantíssimo. Não adianta haver uma ação da polícia sem que ela esteja conectada com uma política de saúde, de assistência efetiva. E com escala, porque estamos trabalhando com bastante gente.

Não ter a pretensão de que uma ação vai resolver. Também já aprofundaram esse tema, não vou entrar tanto nele.

Os trabalhadores perderam vínculos.

E aí, Coronel Camilo, eu queria conversar com o senhor um pouquinho.

É que, na verdade, com esse espalhamento que houve, nós recebemos muitas reclamações de profissionais, que não encontram mais aquelas pessoas que eles estavam acompanhando.

Então é importante pensar que há outras situações. E esse espalhamento trouxe mais dificuldade para o território – ampliou o território. Então agora não são somente os moradores da região da Luz, são os moradores dos Campos Elísios, os moradores do Santa Cecília, é o centro da cidade, é a Paulista. Ampliou. E isso realmente não tem contribuído muito para essa ação efetiva do acesso dos trabalhadores a essas pessoas. Até porque, como já falaram aqui, não aumentou esse número.

Eu queria também trazer uma proposta para ser debatida, uma sugestão a esta Comissão: que proponha ao Procurador-Geral a criação de um grupo de atuação nos moldes da Gaeco, para, junto com os trabalhadores da segurança pública, desenvolver ações de inteligência no território, a fim de fazer prisões fora do fluxo; e ampliar o diálogo com as entidades de direitos humanos. Eu acho que isso é imprescindível – a colega Angélica já trouxe alguns dados sobre isso.

Nessa linha, eu quero propor que avaliem o desmonte do lope.

Eu acho que o lope não tem que existir, não tem sentido de existir como batalhão de elite da GCM. E que seja convertido em um batalhão de mediação de conflitos, até como resposta à ação civil pública impetrada pelo Ministério Público e pela Defensoria, apoiada por várias organizações; e pelo que estabelece o 5º art. da Lei Federal 13.022, de 2014, como destacou a Desembargadora Flora, a Desembargadora Izabel e o Desembargador Djalma. Na semana passada, eles trouxeram essa ação, destacando esses pontos que a Letícia já trouxe.

Mas queria enfatizar que o Inciso V da lei diz o seguinte: “Colaborar com a pacificação de conflitos em seus integrantes presenciais e atentado ao respeito aos direitos fundamentais da pessoa”. Isso não está acontecendo. Inc. IX: “Interagir com a sociedade civil para discutir soluções de problemas, projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades”. Isso não está acontecendo. O Inc. XI... e aí tem vários. Eu não vou ler todos

porque não vai dar tempo. Mas seria bom esta Comissão anexar essa ação civil pública, inclusive, com a resposta dos desembargadores à ação da Defensoria e do Ministério Público. E lá tem várias sugestões muito importantes. E aí justifica o desmonte do IOPE, que não tem sentido.

Eu estava lá nesse dia na cracolândia: um guarda, com um cachorro – que te assustou, Maria Angélica – que começou a atacar uma pessoa que estava fora do fluxo, fora do cercado. Uma coisa de graça.

Eu vou encerrar a minha fala com outra proposta, que eu acho que essas duas propostas – a do Gaeco e o desmonte do IOPE – são muito importantes para avançarmos.

O outro encaminhamento que eu trago é reforçar a comissão que está sendo montada aí na Câmara junto com a Alesp, junto com a Defensoria, com o Ministério Público. Precisamos trazer a Prefeitura, trazer o estado. Eu acho que o Cel. Camilo poderia indicar alguém da Secretaria para estar nesta comissão – reforçar esta comissão. O Judiciário é superimportante nesta comissão.

E aí eu quero trazer a questão do Comuda, que está enfraquecido. Estamos tendo ações para enfraquecer, não para fortalecer. Não tem sentido o que estão fazendo no Comuda, não tem sentido o que estão fazendo com os CAPS.

Nós recebemos uma denúncia do CAPS aqui dos Perdizes. Recebeu uma emenda parlamentar de 500 mil para reformar o prédio, que está um absurdo aquele prédio, e a Prefeitura não fez nada até agora. E vai vencer dia 30 de julho. Vão perder essa emenda. Então olhem só como estão fazendo. É preciso fortalecer essas instituições que atuam positivamente no território.

Por fim, quero finalizar dizendo que já não aguentamos mais ver as pessoas naquela situação, e, ainda por cima, bombas, pessoas apanhando, sendo humilhadas. Não dá. E o que está sendo feito – cercar praça, espalhar o fluxo, internação involuntária, repressão, perseguição aos militantes de direitos humanos, interromper programa sem diálogo, fortalecer conflitos, dificultar o trabalho do Comuda – só vem dificultar ainda mais esse emaranhado de relações, que tendem a se tornarem mais complexas ainda.

Quero deixar os meus agradecimentos. E dizer que já passamos da hora de ter uma política pública de defesa da vida, da dignidade humana, do respeito, de tudo que chamamos de direitos humanos.

Obrigado a todos. Vou continuar aqui. Esse diálogo é importantíssimo.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Alderon Costa, da Associação Rede Rua.

Quero chamar o nosso próximo convidado, o Sr. Rafael Escobar, da A Craco Resiste.

O SR. RAFAEL ESCOBAR – Obrigado, Sílvia.

Eu acho extremamente importante esse diálogo acontecer. E quero concordar com algumas coisas do Camilo: realmente não é uma política que vai resolver na segurança pública. Mas o que parece que está acontecendo é que está sendo pautado pela segurança pública.

E eu queria dizer uma coisa: acho que tem pessoas na Câmara que vieram para reclamar, e isso prova que não está funcionando.

É interessante pensar o que o Camilo falou, de uma grande pesquisa do que acontecia no mundo com relação a essas políticas públicas, como funcionavam, e não funcionou aqui. Por que será que não funcionou? Não precisava nem pesquisar tão longe.

Eu fiz uma anotação básica: dia 2 de janeiro de 2012, 23 de abril de 2015, 21 de maio de 2017. Isso é só de quando eu cheguei na cracolândia, em 2012. Mas estamos aí. A Delegacia de Repressão ao Crack, em 95. A *Operação Limpa* em 2005, do Serra. Enfim, diversas propostas de operação policial para tratar um problema que é muito mais complexo do que isso. Eu acho que algumas pessoas aqui já falaram da relação da Assistência e todo um outro contexto que é dado, que vai para além da segurança pública.

Acho importante dizer que não concordo, não acho que são os traficantes que estão sendo presos; no máximo, é um aviãozinho. Eu gosto sempre de fazer essa comparação da cracolândia como uma farmácia: você não prende o caixa da farmácia, você tem que prender a farmacêutica que faz o remédio e leva para a farmácia. O que está sendo preso é o caixa da farmácia. Isso é traficante? Não acho. Temos que achar onde está o helicóptero que chega com

a base-base, não é na ponta que se vai descobrir esse problema.

Para complexificar mais, o pessoal está falando aí: “Não, porque tem uma segurança pública, mas ela é articulada com as outras secretarias”. Não está sendo, né.

Um número básico, que eu perguntei para uns amigos da Assistência: a Assistência Social, até 2016, eram 15 profissionais, por dia, no território; hoje, no atual momento, são três. Olhem o corte que é esse número.

E junto com isso o que nós temos para dizer. Como que encontramos esses usuários que nós cuidamos? Acho que isso já foi falado. Mas eu acho importante dizer que é para além de só estar espalhado, eles rodam. Se vocês forem agora na Gusmões com a Triunfo, vão estar os usuários parados, daí vai vir a polícia, vai afastá-los, aí eles vão para outro lugar. E ficam numa rotatividade pelo centro de São Paulo inteiro. Estão aí os moradores da região que estão totalmente incomodados com isso. Lógico, quem quer que fique rodando? Daí tem polícia, dá briga. Ninguém quer isso. Tem que se pensar uma política mais ampla de cuidado.

E é importante também lembrar o Sr. Camilo que, não, essa não é a primeira vez que foi proposto emprego para esses usuários. O De Braços Abertos fez isso, é bom lembrar isso. Mas um trabalho digno; ou, pelo menos, entendendo as complexidades da região.

Gosto sempre de lembrar um detalhe que aconteceu na primeira fase da *Redenção*. Foi o Doria ou com o “Jairo” Covas, não lembro agora. Foi quando um usuário conseguiu um emprego, mas, quando chegou no primeiro dia de emprego, ele foi cortado porque ele não tinha os dentes da frente. Isso é cuidado? Isso é emprego?

Eu posso fazer um comentário sobre outro usuário que morava no centro e foi trabalhar numa lanchonete, dessas famosas, no Ipiranga. Vejam a distância para ele chegar lá? Conseguiu ficar no emprego? Provavelmente, não.

Como que é o cuidado que vai se estender às relações. Não é só a bala de borracha. Acho importante dizer, também, acho complicada a ideia de que as repressões são para os traficantes. Para além do que eu já discuti aqui, tem um dossiê inteiro da Craco Resiste mostrando vídeos que não só ação de repressão aos traficantes, mas basicamente batendo em

usuário. É isso que está acontecendo. Não sou eu que estou falando, é só ver os vídeos. Eles estão aí para isso. Provam tudo.

A complexidade maluca que, por mais que a Prefeitura vá dizer que não é uma internação involuntária, compulsória, o termo que quiser, isso a gente já discute há tanto tempo na Craco. Lembro dos tempos do Arthur Guerra falando que não internavam ninguém compulsoriamente. É que a polícia vai batendo em todo mundo e todos precisam se internar. Perguntei para o Arthur Guerra quantas pessoas terminaram a desintoxicação? Nem um terço terminou, essa era a primeira fase da internação.

Ninguém aqui está dizendo que internação é uma coisa e redução de danos é outra. A internação está dentro da redução de danos, mas é como a gente a constrói. Não é impondo. Porque se for para impor, basta ver a literatura internacional, a internação involuntária ou compulsória funciona para menos de 1% dos casos. Talvez não seja o caminho.

Gosto sempre de frisar a importância da redução de danos. Acho que tivemos uma tentativa de política pública de redução de danos durante três anos, dois anos e meio, por aí, que mostrou resultados. A redução de danos é muito mais ampla do que algumas pessoas falam que seria só a distribuição de cachimbos.

Quero retomar um inquérito que a própria Craco Resiste recebeu, alegando apologia às drogas. Quando o Ministério Público foi pesquisar viu que era somente redução de danos. O inquérito foi arquivado e o assunto não é mais discutido, porque não tinha nenhuma base legal. O que temos de base para discutir aqui é violência policial, 24 horas, por dia, sete dias, por semana. O que a gente faz?

Esses caminhos que a Prefeitura está tentando propor até agora não funcionaram e não vão funcionar. A gente precisa de uma relação de cuidado bem-feita, uma construção coletiva entre secretarias e que, de fato, seja verdade, não só publicidade. Nós estamos cansados de publicidade.

Para fechar com chave de ouro, quero muito lembrar que a Prefeitura desta cidade fechou o único serviço que tinha para atender à população em situação de rua da cracolândia,

na segunda semana de pandemia, quando foram retiradas água e comida dos usuários da cracolândia. Se isso não for chacina, não sei o que é.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Rafael Escobar, representando a Craco Resiste.

Agora vou chamar a Natália Oliveira, representando a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

- Qualidade da gravação incompatível. Transcrição prejudicada.

A SRA. NATÁLIA OLIVEIRA – Bom dia a todos e todas. É um prazer estar aqui, a (falha na transmissão) nova política sobre drogas. Moro na região da Barra Funda, perto do Metrô Marechal Deodoro, há bastante tempo. Sou moradora do bairro há 12 anos, acompanho a situação de perto (falha na transmissão).

— Tenho alguns pontos que separei para a gente tentar aqui de maneira mais profunda sobre os rumos que a segurança pública nesta região e na nossa cidade.

A primeira coisa já foi falada, só vou reportar, sobre (falha na transmissão) da GCM, a Guarda Civil Metropolitana, na sua fundação e existência, ela não tinha esse tipo de ação como previsão, então aos poucos foi transfigurada a função da GCM e isso traz dois tipos de problemas: um porque esses trabalhadores constitucionalmente fizeram seus concursos públicos para cumprir outras funções que estão sendo desviadas, e outro sobre o problema da guarda, mesmo, a função da guarda que é paga por nós cidadãos paulistanos.

Hoje a GCM (falha na transmissão) o Ministério Público, (falha na transmissão) O Secretário de Segurança Urbana reconheceu que a GCM tem mais três vezes menos do necessário do efetivo só para cuidar de todos os equipamentos públicos da cidade. A Guarda Civil Metropolitana, hoje, deveria ser 22 mil homens para cuidar dos equipamentos municipais da Cidade, nós temos (falha na transmissão)

Eu queria entender por que parte do efetivo que deveria estar cuidando das escolas, dos postos de saúde, dos hospitais etc. eles estão concentrados no território da cracolândia.

Essa é a minha primeira pergunta.

A outra coisa, eu não entendo (falha na transmissão) mas não é uma novidade que o tráfico de drogas é uma indústria (falha na transmissão), portanto, as pessoas que estão sendo presas (falha na transmissão) o Ministério Público tem acompanhado, mas são de baixas quantidades, baixíssimas. Então nessa medida, as pessoas que estão sendo presas (falha na transmissão) elas são pessoas que de uma certa maneira estão sendo revitimizadas, por conta do seu uso de drogas. Porque essas pessoas são presas com baixa quantidade, nenhuma posição hierárquica no tráfico de drogas, de pouco comando, entrando numa escala (falha na transmissão) o tempo dos nossos homens, nossa inteligência da polícia, do nosso equipamento público, para não ter nenhum baque no tráfico de drogas, são só fazer espetacularização, porque é possível fazer apreensões de pessoas sem ficar gastando tanto tempo na mídia, promoção dos sujeitos que estão conduzindo processos políticos como secretários de governos, os próprios delegados na Operação Caronte. Isso aconteceu na época da Gestão Haddad prisões de grandes traficantes sem uma linha na imprensa, sem espetacularização.

Quando a gente prende pessoas que são pequenos varejistas, com baixas quantidades e também usuários, a gente revitimize pessoas que estão também sendo aliciadas pelo tráfico de drogas. Muitos deles, inclusive, para fazer a subsistência do seu próprio uso, e a sua subsistência nas ruas, porque tem pautado serviços públicos.

A gente precisa ter muito cuidado quando a gente diz que (falha na transmissão) combatendo o tráfico de drogas, (falha na transmissão) não está apenas enxugando gelo. Mas está desperdício de tempo e até de saúde mental da corporação que tem realizado essas ações (falha na transmissão) no território.

A outra coisa que eu queria entender, qual é a inteligência de fazer uma segurança pública dessa ordem que aumenta a ocorrência de outros atos no bairro.

Então assim, a gente tem saído na imprensa, nos boletins da secretaria de segurança pública, eu gostaria de solicitar se for possível, fazer o monitoramento de todas as ocorrências na área, os jornais e os próprios moradores do bairro, eu mesma moro aqui, tem relatado

aumento de furto e de roubo.

Para a gente fazer diminuir as ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas a gente aumenta a ocorrência de furto e a ocorrência de roubos, a gente não está sendo efetivo no objetivo da segurança pública que é trabalhar com zerar as ocorrências.

A gente sabe que não é possível imaginar um mundo com as ocorrências zeradas, mas se para zerar as ocorrências de tráfico de drogas a gente (falha na transmissão) não está sendo efetiva enquanto segurança pública e, pelo contrário, já causou uma desordem no bairro de modo que o espalhamento das pessoas e o pânico causado aos usuários que estão em situação de rua, e também para os moradores, ampliaram as situações de conflito em segurança e violência.

Não se (falha na transmissão) que essa é uma medida de segurança pública, causa mais insegurança. Enquanto que os moradores estão na Câmara que a gente está acompanhando, justamente reivindicando novos transtornos que não tinham sido dadas em outras regiões do bairro, não é medida de segurança pública, está errado, precisa ser imediatamente corrigida.

Imediatamente corrigida para não seguir esse desarranjo, essa desarmonia causada aqui no bairro de Santa Cecília, Campos Elíseos, Barra Funda e região.

Então eu queria entender, mesmo, qual é a justificativa seguindo uma medida que aumenta outras ocorrências criminosas no bairro.

Eu queria chamar a atenção também e perguntar como tem sido, aproveitando a presença da GCM e do Coronel Camilo na audiência, de como está o acompanhamento em saúde física e mental da segurança pública.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Um minuto, Natália.

A SRA. NATÁLIA OLIVEIRA – Quando a gente fala sobre saúde mental, a saúde mental é entendida numa lógica coletiva e da ausência de doenças toda a população. Se possível, a corporação também deve estar resguardada de pressões de todas as situações psicológicas causadas aos policiais que estão lidando há mais de meses, anos, em ronda numa

situação de conflito.

Porque é impossível a gente tentar produção em segurança pública com saúde se o próprio estiver adoecido (falha na transmissão) violentado ele vai produzir violência e não segurança pública.

É um pouco essas perguntas que eu gostaria de deixar (falha na transmissão) tudo isso é feito com o nosso dinheiro. No ano eleitoral, eu fico mais...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua.

A SRA. NATÁLIA OLIVEIRA – Vou concluir. No ano eleitoral essa está (falha na transmissão) com o nosso dinheiro, o dinheiro de todos os cidadãos que estão aqui. Desde com A ou B é o nosso dinheiro que está aqui num ano de crise econômica o dinheiro tem de ser muito bem gasto.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Natália.

Quero chamar a Dra. Juliana Valente, representando a Comissão de Direitos Humanos da OAB, que está presente.

(NÃO IDENTIFICADO) – Só dizer que o que vocês estão fazendo é pura comédia, viu. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Com a palavra a Dra. Juliana Valente.

A SRA. JULIANA VALENTE – Bom dia. Hoje estou representando aqui o Núcleo Emergencial e de Defesa dos Direitos Ameaçados, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-São Paulo, mas também queria deixar para conhecimento público, quem ainda não sabe, que a Comissão de Direitos Humanos da OAB-São Paulo acompanha institucionalmente, através de outros núcleos, a região da cracolândia. São eles o Núcleo POP-Rua, o Núcleo Violência Institucional, o Núcleo Política sobre Drogas.

Queria registrar também que no meu trabalho na Comissão Emergencial recebemos diversos chamados de violências gravíssimas, chamados vindo através de moradores da região,

alguns presentes, pessoas em situação de rua, ativistas, trabalhadores locais etc.

O mais grave de todas as denúncias é a de assassinato. Eu mesma já estive no local três vezes, presenciei três corpos negros, de pessoas assassinadas, pessoas em situação de rua naquele local assassinadas.

Hoje, é óbvio que o problema da cracolândia é gravíssimo, todos os envolvidos sofrem muito sim. Os moradores da região indignados, que aqui estão sofrem muito com tudo o que acontece ali. Não deve ser fácil morar ali, me solidarizo também. Todos os trabalhadores do local, sejam policiais, os trabalhadores sociais, também não deve ser fácil realizar os seus trabalhos, mas hoje, sobretudo precisamos chamar a atenção da população em situação de vulnerabilidade social, que é a população em situação de rua.

Inicialmente, nós, da OAB-São Paulo, queremos registrar a necessidade que vemos da polícia e de todos os órgãos da Justiça atuar dentro da estrita legalidade. É muito triste a gente ter de chamar a atenção para a estrita legalidade, mas sim a gente vem hoje chamar a atenção disso.

A polícia precisa trabalhar de acordo com a estrita legalidade no enfrentamento do tráfico de drogas no Estado de São Paulo. Mas, de outro lado, também vemos a necessidade de o Poder Público atuar na proteção das pessoas e dar, indistintamente, um tratamento digno e humanizado para elas.

Nos últimos meses, a Operação Caronte, assim chamada pela Polícia Civil, vem agindo de forma violenta e com excesso de força contra milhares de pessoas que vivem em situação de rua e de vulnerabilidade. Sendo que alguns deles fazem uso de álcool e outras drogas.

As ações têm se valido de alto poder bélico e métodos desumanos como determinar que as pessoas ficassem, por horas, agachadas ou de joelhos, subjugadas de forma indigna, cruel e ilegal.

Os resultados dessas incursões da Operação Caronte tem sido poucas prisões em flagrante e poucas apreensões de drogas, se comparado com o custo do aparato policial que se

desloca para aquele território.

Não sendo a primeira vez que operações com essa ocorrem no território, vide Operação Sufoco, ou mais conhecida como Dor e Sofrimento, de 2001 e 2012.

A falta de dados acumulados para análise de forma que podemos concluir que melhores resultados teriam se a segurança pública combatesse a origem da droga e os financiadores do tráfico, do que enxugar gelo, prendendo usuários que trabalham por comida e drogas.

O comércio ilícito de entorpecentes possui uma lógica e uma rede estruturadas. Grandes operações midiáticas, como a Operação Caronte, não trarão resultados a médio e longo prazo para enfrentar esse tipo de crime, como vemos há anos.

Contudo, os resultados dessas operações são, sob a ótica dos direitos humanos, desastrosos, contraproducentes e fazem centenas de vítimas que são torturadas física e psiquicamente, ampliando a dor e o sofrimento daquelas pessoas.

Evidentemente, que a interpretação sobre esses seres humanos como pessoas objetos, que não merecem cuidados e nem respeito constitucional, tem apelo daqueles que tratam as pessoas diferentes e com problemas sociais e até de saúde mental, como quem perdeu a alma.

Queria destacar aqui até o nome da operação nos leva a isso: Operação Caronte, que significa desalmados. É muito triste que seja esse ainda o nome da operação.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-São Paulo, ao ver as cenas dos últimos dias, inclusive, estando presente no local, com advogados na defesa integral e outras premissas doutrinárias e jurídicas, invoca, constitucionalmente, a interpretação de que seres humanos estão sendo torturados, recebendo penas sem julgamentos e tratamentos vexatórios, indignos e degradantes. Sendo todos os seus direitos violados de acordo com a nossa Constituição, além da violação do Pacto de São José da Costa Rica, dos Direitos Humanos, da OEA, sem dizer das violações da Convenção Contra a Tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, da ONU. Normas das quais o Brasil, como Estado parte, é signatário. São direitos

que deveriam ser protegidos pela polícia e pela Prefeitura.

In loco, nossos colegas são informados que a questão é o combate ao tráfico que, por sua vez, a Prefeitura diz que a ordem é da polícia e a polícia diz que a ordem é da Prefeitura.

De fato, observamos que o Município pretende ter o domínio territorial e a lógica é a utilização da polícia, como meio de força sob a escusa do tráfico, para tentar limpar o território. Mas, de fato, a origem do conflito é a vontade política da Prefeitura de acabar com a cracolândia, como foi prometido há anos, e não factível que queira cuidar de pessoas com problemas de saúde e que vivem em exclusão social.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB-São Paulo não compactua com o tráfico de drogas, que hoje é responsável pela maior parte da violência do País, mas lamenta o pouco uso de estratégias de enfrentamento à criminalidade dos gestores na aplicação das leis que protegem seres humanos e das leis que deveriam acolher universalmente aqueles desiguais em políticas assistenciais, de saúde e não de tortura, rompendo com a lógica do Estado Democrático de Direito.

A OAB-SP lamenta também que ações do Programa Redenção usem violência contra as pessoas sem perspectivas de que tratamento digno, de fato, ofereça a tão bradada porta de saída da exclusão e da miséria. Exorta que os gestores públicos restabeleçam o diálogo sobre esse território, escutando outros especialistas de saúde mental e educação social como assim estão fazendo com viés humanitário.

A internação forçada de pessoas que vivem em situação de rua não é a solução, não podemos afastar de uma política pública, inclusive, multidisciplinar diante de um problema social de grande complexidade construída democraticamente.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Dra. Juliana.

Quero passar a palavra agora para Amanda Amparo, antropóloga e psicóloga, e faz trabalho na região.

A SRA. AMANDA GABRIELA AMPARO – Olá a todos. Agradeço muito este espaço,

este momento de fala. Gostaria de iniciar minha fala dizendo que sou pesquisadora do território da Cracolândia. Então, já fiz uma dissertação de mestrado e agora estou escrevendo uma tese de doutorado, pensando um pouco as complexidades daquele território.

Neste momento, eu acho que é extremamente legítimo pensar os desconfortos de todos os interessados nos enredos em que hoje se encontra o bairro de Campos Elíseos, em especial nas ruas em torno da estação da Luz. A minha posição de pesquisadora, de quem coleta dados, histórias, trajetos e trajetórias e etnografa cenas e movimentos, não daria conta de descrever as imagens de terror e de desespero em que o fluxo de pessoas reconhecidas como Cracolândia estão passando neste momento.

Como uma pesquisadora que se atém a relações raciais, diria: é uma espécie de terror racial. As pessoas que estão naquela malha são pessoas em sua maioria negras. São homens, mulheres e também idosos em condições físicas já bem precarizadas, em uma constante e desesperadora circulação. Elas não podem parar.

Não quero aqui sonegar a dor e o desespero de ninguém. Em uma reunião articulada, entre outros, com o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e com os moradores do prédio Júlio Prestes, dividimos relatos de verdadeiros tormentos no que diz respeito ao direito básico, que é o de morar. Podemos mapear palavras como: insegurança, medo, desespero, depressão, fobias, crise de pânico e tantas outras. Em uma conversa franca, de necessidades, mas também intenções, foi possível perceber que essas pessoas, os moradores... Uso aspas porque: e os outros, os que moram na rua? Também eles não seriam moradores, uma vez que estão e habitam aquele território por décadas?

Porém, esses moradores, em conversa, também demonstraram extrema preocupação com esse outro, aquele que se configura quase sempre apenas como craqueiro. Esses moradores, em conversa, em reunião, também tiveram preocupação com o que seria o respeito e a dignidade básica da pessoa, para com esse outro.

Ressalto que essa população é em sua maioria negra porque o racismo, já muito bem pesquisado, divulgado e demonstrado, estabelece uma relação de exclusão de direitos

cotidiana neste país. Nesse sentido, pergunto, nesta reunião, e me atendo mais especificamente a este ponto: é possível, para todos nós, aqui e agora, neste encontro, que estabelece e pactua a democracia de direito, admitir que pessoas sejam torturadas com gás de pimenta, tiro de borracha, bombas de gás? Os resultados têm sido braços quebrados, olhos perfurados, machucados de diversas ordens, 24 horas por dia, mas, na solidão da madrugada, intensifica-se o requinte de crueldade. Faz algum sentido para alguma pessoa desta sala que pessoas estejam em condição de total sofrimento e que a política seja intensificar o sofrimento?

Não sei. É preciso se perguntar, porque as políticas precisam responder a necessidades. Então, quando se olha para um território, para outra comunidade, e, aqui, na condição de pesquisadora, diria para vocês: quando se olha para o outro...

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES – Cada um vai ter o seu tempo de fala.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Eu peço que as pessoas que estão assistindo respeitem as falas. Depois que nós ouvirmos as nossas autoridades que estão à Mesa, vamos abrir a palavra para todas as pessoas que se inscreveram.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Não, vocês vão ter o tempo de fala de vocês, se vocês se inscreveram. Então, eu peço que se respeite o tempo de fala de cada um, assim como o tempo de fala de vocês será respeitado.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – A democracia é isso, mesmo. Faz parte da democracia ouvirmos aquilo que não queremos, também. Está bem? Então, nós temos de ouvir. Aqui, são ouvidos. Peço que respeitemos a fala da Sra. Amanda e que não haja interrupções. Está bem? Pode continuar, Sra. Amanda.

A SRA. AMANDA GABRIELA AMPARO – Bom, no processo de pesquisa, já no doutorado, eu diria para vocês: a antropologia nos ensina a olhar para o outro, a olhar para uma comunidade. Mais do que perguntar quais são as questões que eu deveria fazer quando chego

em campo, eu me pergunto: quais são as respostas que o campo traz?

Então, parece-me que o cenário da cracolândia traz muitas respostas e podemos passar muito tempo reduzindo isso ao *crack* ou podemos, de fato, nos comprometer a entender quais são as respostas, porque aquelas são pessoas. Reduzir isso ao *crack* é limitar a condição de pesquisa. É não querer pesquisar. Então, eu diria para todos: é preciso pesquisar. Mais do que dizer coisas, é preciso perguntar.

Como já estou no momento final da minha fala, gostaria de pedir que se passasse o vídeo que eu trouxe.

- Apresentação de vídeo.

A SRA. AMANDA GABRIELA AMPARO – Essa é a fala de um dos interlocutores, três dias atrás, sobre as ações que estão acontecendo, mais especificamente entre a Rua dos Gusmões e a do Triunfo, naquela parte mais próxima da estação da Luz.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. AMANDA GABRIELA AMPARO – Essa é uma primeira imagem das lógicas de circulação. Então, como muitas pessoas já pontuaram, o dispersar do fluxo da Praça Princesa Isabel fez com que eles fossem procurando outros lugares para ficar. Então, foram se dividindo em grupos menores.

Aí, é o momento dessa circulação. As pessoas pararam. Os policiais estão passando. Pode passar, rapidinho, essas fotos.

Aí, são fotos das operações. Mostram um pouco o perfil das pessoas que estão sendo revistadas.

Essa foto é bem interessante. Pode passar para a próxima.

Esse mesmo rapaz está aí, em outra cena. Pode passar à próxima.

E está em outra cena.

Eu quero fechar, então, a minha fala, dizendo que, sim, há outras formas e há outros trabalhos sendo feitos, com alcance um tanto limitado, porque essa discussão não foi feita pelo Poder Público, o que quer dizer que os coletivos têm se organizado de maneira muito estratégica,

mas também limitada.

A foto anterior era do Pagode na Lata, fazendo uma atividade em que o mesmo usuário que estava sendo abordado pela polícia, ali, em uma situação de total repressão, estava extremamente feliz.

Essa é uma foto dentro do fluxo da Cracolândia, hoje, na Rua Helvétia, onde o Coletivo Teto, Trampo e Tratamento está, também, fazendo um trabalho em que as pessoas demonstram outros tipos de prática, atuação e intenção para com a vida.

Acho que tudo isso é para mostrar que outras políticas trazem outros resultados. Neste espaço tão público, eu diria: é preciso que tenhamos resultado para todos, para fazer sentido.

Eu agradeço. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Muito obrigada, Sra. Amanda Amparo, psicóloga e pesquisadora.

Agora, vamos entrar na fase de ouvir as nossas autoridades presentes. Nós convidamos o Secretário Carlos Bezerra, da SMADS. Quero perguntar se há alguém representando a SMADS, na audiência.

A SRA. MARTA DAMACENO – Boa tarde. Estou aqui, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Sra. Marta Damaceno, então? É Coordenadora de Proteção Social Especial. Está com a palavra.

A SRA. MARTA DAMACENO – Muito boa tarde a todos. Agradeço o convite de estar representando o Carlos Bezerra em um tema tão importante quanto esse.

Eu gostaria de iniciar a minha fala com a questão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. É uma Secretaria que cuida das questões da abordagem, do encaminhamento e da acolhida.

Nas últimas semanas, a partir desse evento que aconteceu na região da cracolândia, temos recebido semanalmente todos os conselhos da região central. Os conselhos de segurança têm vindo nos abordar para saber sobre a questão dos moradores em situação de rua. Temos

feito todas as escutas. Temos recebido todos eles na segunda e na sexta-feira. Estamos abertos para discutir essa questão, que é de suma importância.

O que eu quero dizer para vocês é assim: a Secretaria de Assistência tem o SEAS, que faz a atuação das abordagens. Então, na região da Cracolândia, temos o SEAS IV, que trabalha exatamente nas cenas de uso. Hoje, estamos com 42 orientadores nessa região. Diferentemente do que foi dito, nós temos oito técnicos trabalhando nessa ação. Temos total clareza de que não é o suficiente. Estamos aditando para mais 30 orientadores, mais três técnicos e mais dois veículos, só para o SEAS IV, nesta região.

Entendemos que essa é uma necessidade inicial. A Secretaria, como eu disse, não trabalha só na questão das abordagens. Ela faz diversos encaminhamentos. Nós fizemos, de 11 de maio, quando foi a ação, até sexta-feira, 4.981 atendimentos naquela região, só para a região da cracolândia. Então, nós tivemos orientação, serviços de escuta, de encaminhamentos. Encaminhamos, também, para o SIAT, que é o serviço compartilhado com a saúde, que é um serviço que trabalha a população naquela situação. Fazemos esses encaminhamentos, hoje.

A Secretaria tem buscado aumentar o número de vagas para acolhimento da população em situação de rua. Então, hoje, na região da Sé, nós contamos com 69 serviços, só para acolhimento na região da Sé. Vamos buscando, nesses caminhos, o aumento desse número de vagas.

Temos, hoje, uma Operação Baixas Temperaturas. Nós aumentamos em 1.970 o número de vagas, contando, também, com núcleos e com clubes em toda a região, para atender a população em situação de rua, nesse momento de baixa temperatura. Hoje, na região central, temos oito núcleos. Esses núcleos normalmente trabalham até as 18h. Nós ampliamos, neste período, que é o período também de frio. Nós ampliamos para o atendimento noturno, também. Além da refeição, eles oferecem a questão da dormida. Então, hoje eles permanecem para dormir, também, nesses nossos núcleos de atendimento.

O Programa Redenção, por parte da nossa Secretaria, está sendo ampliado. Está havendo um processo de discussão, junto à Secretaria de Saúde, para ampliação e revisão

desse programa, no que diz respeito à área de assistência. Então, nós estamos reformulando, com a nossa equipe técnica, da Especial, buscando um melhor entendimento, para realmente atender dentro daquilo que a política nos cobra.

Eu acho que é isso. A parte da assistência é essa.

Muito obrigada. Estamos à disposição, para o que vocês precisarem.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Marta Damaceno, representando a SMADS.

Quero passar a palavra, agora, então, para o Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Urbana, que é o Sr. Dalmo Luiz Coelho Álamo.

O SR. DALMO LUIZ COELHO ÁLAMO – Bom dia a todos.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a oportunidade, Vereadora, de estarmos conversando neste espaço. Agradeço, também, à comunidade que se apresenta, comunidade pela qual trabalhamos. Quero falar um pouco, em um primeiro momento, da instituição e, depois, das ações propriamente ditas.

A Guarda Civil Metropolitana foi criada em 1986. O lema dessa instituição é: “amiga, protetora e aliada”. Desde os primórdios, ela tinha como base o policiamento preventivo e comunitário.

Hoje, na verdade, nós deveríamos ser cerca de 15 mil homens e mulheres. Infelizmente, ainda não atingimos seis mil. É uma corporação que está se renovando. Estamos em via de contratação de mais mil integrantes. Também é uma corporação de pessoas já com certa idade. Não vou chamá-los de velhos, porque eu vim de lá e sou aposentado. Eu me aposentei na instituição, também, como Inspetor Superintendente, e muitos dos que entraram comigo estão já nesse viés de aposentadoria.

Uma das razões para que tenhamos criado o lope e substituído as unidades que tomavam conta daquele território pelo lope é que eles têm, inclusive, uma condição física melhor, de ficar 12 horas de pé no meio daquele cenário horroroso, em que as pessoas são degradadas o tempo todo. As pessoas costumavam ser escravizadas pelo tráfico de entorpecentes.

Eu ouvi muita coisa, aqui. Recebemos as críticas e recebemos, inclusive, as sugestões com tranquilidade. Acho que em um ambiente democrático é assim: nós temos de ouvir muito, refletir sobre aquilo que ouvimos e até ver em que ponto podemos aprimorar e melhorar nossa atuação, mas não podemos deixar de falar sobre a nossa atuação.

Não vou dizer que é menos verdade, mas eu tenho acompanhado quase todas as fases da Operação Caronte e surpreende-me a notícia, porque, quando falo em acompanhar, é acompanhar *in loco*. É estar lá, no local. Eu nunca vi ninguém de joelhos, muito menos de cócoras. As pessoas são orientadas a ficar sentadas, porque estão sentadas o tempo todo, lá. Então, não é nenhum castigo ficar sentado em um lugar em que eles já estão sentados. Todos os cuidados são tomados nessas operações – não só nessas operações, como também no dia a dia. Uma coisa é preciso a gente entender. Qualquer força de segurança que nos substituir nesse cenário... Estamos lá por força de lei. A lei, a política pública de álcool e drogas nos impõe àquele território a responsabilidade de dar proteção aos usuários e aos funcionários que trabalham, tanto da Saúde como da Assistência Social, como de qualquer órgão público que por lá atuar. Então, é uma obrigação que nós temos, de permanecer naquele território.

Eu não vou discutir aqui a competência da minha instituição, porque as competências da minha instituição já estão definidas pelo artigo 44, pela 13.022 e também pela 13.675, a lei que criou o Sistema Único de Segurança Pública e que a impele os municípios também a participarem da Segurança Pública nas suas respectivas áreas de competência.

Trabalhar junto com a Polícia Civil, fazer parte da Caronte é, antes de qualquer coisa, uma obrigação do município, porque temos objetivos comuns. A estratégia do Governo, a estratégia da gestão em diminuir o número desses usuários e quebrar essa territorialidade, que antes era o poder do crime organizado, quando os traficantes aproveitavam essa multidão que se forma, usando-os como escudo, para que pudessem comercializar grandes quantidades de drogas, para onde levavam armamento, inclusive armamento pesado, e ficavam totalmente protegidos para comercializar drogas, isso era uma prioridade a gente quebrar, e a gente quebrou, não só por meio da Caronte, mas hoje o tráfico de entorpecentes, o crime organizado

não tem mais base territorial. A gente cita, nesse último ano, desde o início da Operação Caronte, que são cerca de 110 pessoas presas, mas a minha instituição prendeu mais de 500 traficantes, entrando ou saindo do fluxo, com quantidades expressivas de entorpecente, muitas vezes, levando ou trazendo dinheiro de dentro do fluxo.

Essa atividade, quebrar o poder do crime organizado, é uma luta contra o crime organizado, não contra os usuários. Essa atuação permitiu que a gente tivesse um aumento considerável das abordagens, porque não era humano, não era racional esperar que os serviços de Saúde e de Assistência Social entrassem no fluxo, num local que, em toda vez que nós queríamos entrar, havia uma virada do fluxo, ou seja, o movimento coordenado do crime organizado, para impedir a nossa chegada a esses traficantes, para que eles tivessem tempo de se ausentar e fugir com aquilo que eles estavam comercializando.

Muito bem. Com a diminuição dessas aglomerações, o serviço de Saúde e de Assistência tem condições de fazer, sem o olhar, sem a ameaça do crime organizado, essas abordagens com mais qualidade. Tanto é que existe um incremento nos atendimentos e nos encaminhamentos. Os números são públicos. Então, dizer que não está se resolvendo, pode não estar resolvendo na velocidade que se gostaria, mas o Poder Público está organizado e aqui vamos falar de Poder Público organizado, porque é atuação da Prefeitura, como um todo, não é só da Guarda Civil, não é só do Ilope, não é só de SMADS, não é só de Saúde, mas também é da Saúde do Estado, é da Assistência Social do Estado, é da Polícia Civil e é da Polícia Militar.

Em relação à Caronte, existem ações que não são divulgadas, que são fora do fluxo. É o ciclo econômico da droga que faz inclusive que muita gente se posicione contra qualquer tipo de atuação que nós fazemos. Isso é muito importante ser quebrado.

Hoje nas áreas que já foram integradas à sociedade, é relativa a tranquilidade. Não que essas pessoas, por si só, representam um perigo à sociedade, mas elas precisam ser alcançadas para serem tratados. Só se alcança essas pessoas se se puder chegar até elas sem que o agente de saúde ou de assistência esteja correndo risco, esteja sendo coagido pelo traficante, mas também, como usuário pode, sob o olhar do traficante, aceitar um

encaminhamento, aceitar um serviço que esteja sendo oferecido? Não é racional e não é justo a gente entender que é a mesma coisa, eles ficarem concentrados e eles ficarem dispersos. Não é dividir para conquistar. Muito pelo contrário, é dividir para ajudar. Isso tem que ficar bem claro.

Nós temos uma pesquisa. Não trouxe aqui agora. Mais de 80% da população e dos entrevistados apoiam as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Poder Público na região da Cracolândia.

Só para finalizar a minha fala, digo que as ações do Ministério Público, da Defensoria Pública e as manifestações das bancadas, quando nos fazem alguma crítica e quando nos apontam alguma falha, são todas bem-vindas e recepcionadas, e nós ponderamos em cima disso e aprimoramos os nossos procedimentos.

Toda comunicação de regularidade que chega ou na unidade - inicia-se na unidade, ou seja, vai direto para a Corregedoria - nós fazemos questão de averiguar não só para coibir futuras ações do mesmo tipo, mas como também para lembrar ao homem que, apesar de ele estar lá sob aquele estresse, ele tem obrigações maiores do que ele próprio. E nós temos um sucesso muito grande. Temos reclamações. Temos sim, mas os nossos momentos de encontro são tão numerosos em relação a essas denúncias, a essas ações que nos criticam que a gente acredita que sim, que estamos no caminho certo, não só as ações de segurança pela Guarda Civil Metropolitana, pela Secretaria de Segurança Urbana, mas também sim nós acreditamos no Programa Redenção.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Leandro Ramalho, inspetor representando aqui o Iope da GCM.

O SR. LEANDRO RAMALHO – Bom dia a todos, Vereadores, chefes de gabinete e Coronel Camilo, que nos acompanha nas reuniões, primeiramente eu quero agradecer também a oportunidade de estar aqui e poder falar um pouco da unidade que há pouco tempo foi pedido a sua extinção. Agradeço os moradores também e as associações.

Uma maneira mais coerente de eu mencionar o que a unidade Iope representa,

naquele espaço, é por meio de números, da mesma forma que eu meço o nosso trabalho. Eu não vou me estender muito, porque o Chefe de Gabinete, com muita propriedade, praticamente falou quase tudo o que eu falaria aquilo em relação à Operação Caronte, que nós apoiamos e trabalhamos em conjunto com a Polícia Civil, e explanou muito bem qual é o trabalho da Prefeitura e qual é o trabalho da Guarda Civil, do lope, naquele espaço.

Mais precisamente eu quero deixar aqui alguns números que frequentemente nós mandamos para o nosso Chefe do Executivo e que a única lope, como o Secretário falou, foi empenhada, naquele espaço, em setembro de 2021 até então, quando, no primeiro mês, nós efetuamos, a unidade lope efetuou 60 prisões somente ali naquela região. Das 60 prisões, 80% foram fora do fluxo da cracolândia. Foram nas áreas adjacentes. Por quê? Porque nós temos um drone que circula a região, pilotado pelos nossos próprios agentes. Nós temos também a nossa divisão de inteligência, que captura as imagens e nos fornece quando há o delito, o tráfico; e a Guarda Civil ali está empenhada na proteção dos agentes, na proteção dos usuários ali também - a maior parte são vítimas – e da população, que ali mora naquele espaço, do comerciante e de quem transita.

Desde então, os números em vez de crescerem foram caindo. Chegando a abril desse ano, em setembro, houve 37 prisões de traficantes. Podem dizer: “Ah, mas são usuários que levam a droga.” A lei diz que há uma quantidade determinada de droga. Configura o tráfico? É traficante. Então, o nosso papel é conduzir até a autoridade, e a autoridade assim o faz. Então, de lá para cá, em abril desse ano, houve dez prisões por tráfico. Foi regredindo.

Então nos foi dada uma missão. Essa missão foi abraçada pela inspetoria. A inspetoria executou a proteção dos agentes e executou a proteção da população ali em volta, porque, dentro desses números aí, houve também, no início, em setembro, seis prisões por roubo e 14 prisões de procurados naquele espaço. Então, ali, por isso que foi considerado um ambiente com mais criminosos e precisa haver uma atenção da Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Guarda Civil. Então, dessa maneira, naquele espaço, foi entendido que essa ação de proteção que nós fazemos aos agentes da SMADS e da Saúde, quando fosse

visualizado ou informado algum crime, a Guarda Civil agiria assim, porque primeiro, Segurança Pública está na Constituição. É dever do Estado e responsabilidade de todos. Então, dessa forma, eu concluo que, de lá para cá, foram só da unidade lope, de setembro a maio deste ano, 364 prisões. Dentro delas, 191 traficantes. Ai há 70 prisões de procurados, 38 prisões por roubo, 31 por receptação, 40 por furto e, no total de ocorrências, houve 576 somente da unidade lope.

Então, eu meço o nosso trabalho por meio desses números, que vêm caindo desde o início da operação, da operação da lope. A Prefeitura empenhou a nossa unidade naquele local, respeitando aqui lógico a ideia de todos, respeitando os moradores e respeitando as associações.

Aqui eu concluo a minha fala. Eu vejo êxito na aplicação da Guarda Civil naquele espaço.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Severino Vasconcelos, Delegado da Operação Caronte.

O SR. SEVERINO VASCONCELOS – Cheguei aqui nessa delegacia por meio de determinação superior, pelo Sr. Roberto, em fevereiro de 2021, e tive a incumbência de me debruçar sobre o problema que já afeta a Cidade há mais de 30 anos, com relação àquele espaço que se chamou cracolândia.

Eu e minha equipe fizemos leitura e pesquisamos bastante essa problemática complexa multidisciplinar e concluímos por entender, como estratégia, agir e termos o plano dividido em seis fases, e assim foi idealizada a Operação Caronte.

Identificamos, nesse estudo, uma situação que não era muito evidente, mas que sim aquela região territorial subtraída do Estado, da soberania estatal estava ali dominada por uma organização criminosa. Ela fracionou o território, arrendando espaços e cobrando desses espaços semanalmente um valor. Então, as pessoas que ali estavam vendendo drogas só o poderiam fazer se pagassem semanalmente uma quantia para essa organização. Essa organização criminosa armada dá, em contrapartida, segurança, compunha os litígios, ou seja,

administrava toda aquela região, e ficava então, naquele momento, na Praça Júlio Prestes e ruas daquele quadrilátero, Dino Bueno, Helvétia e Barão de Piracicaba.

Essa organização servia-se daquele espaço, inclusive nas suas edificações que ali estavam invadidas, violadas, que estavam desocupadas e faziam dali hotéis e pensões, com cobrança de horas de uso, ou seja, uma hora, dez reais, o banheiro a dois reais etc., ou seja, uma exploração econômica vinda do tráfico. Ali os usuários ficavam, os traficantes pernoitavam, guardavam as drogas e poderiam então fazer o seu comércio e quando cansavam os traficantes, retornavam para aquelas habitações e ali ficavam.

Essa identificação, esse serviço de inteligência foi devidamente registrado e nós deflagramos então a Operação Caronte, de uma forma em que atingimos a área ao redor, os traficantes significativos e fomos então ingressando ao núcleo, naquilo que se chama fluxo. Antes nós prendemos e identificamos é claro, prendemos todos aqueles que estavam ao redor. E aí fomos entrando até chegarmos ao núcleo, que era o fluxo ali, que ficou reduzido então numa parte ali da Júlio Prestes. Conseguimos, com auxílio da Prefeitura, fazer o emparedamento dos imóveis utilizados exclusivamente para o abrigo dos traficantes e o uso ininterrupto dos adictos.

Com essa energia, nós conseguimos fazer com que houvesse o deslocamento, de uma forma natural, e eles acabaram vindo para a Praça Princesa Isabel, nos mesmos moldes, porque se tratava de um domínio territorial. A organização não sobrevive sem o domínio territorial.

Bom, passado foi então para a Princesa Isabel. Nós conseguimos fazer o mesmo trabalho na Praça Princesa Isabel. Houve o deslocamento para a Rua Frederico Steidel. Agimos novamente e novamente houve o deslocamento para a Rua Helvétia e agora temos um fracionamento dos núcleos, do fluxo.

Então, a nossa estratégia que foi reconquista territorial e foi a devolução das praças para o cidadão poder ir, vir e ficar e não ficar em volta ou se livrando daquela cena deplorável de escravização do usuário por parte desta organização criminosa. Ela chegou ao fim. Nós conseguimos, assim, devolver à população esses espaços que lhe foram subtraídos ao longo de

30 anos.

A organização criminosa se caracteriza principalmente pelo seu poderio econômico. Ela tenta substituir a administração pública e ela penetra em todos os vieses sociais – político, polícia, Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público. Todos são afetados pela organização criminosa. Estamos combatendo essa organização criminosa em todos os seus níveis, não deixando espaço para que ela sobreviva.

O usuário de droga, uma pessoa que sente os reflexos desta situação nojosa, foi fraco no momento em que aderiu ao uso da droga. Ele precisa ser recuperado? Sim. Só que no nosso evoluir para nossa operação nós chegaremos e devemos em breve atingir esse ponto de que não permitiremos o uso explícito das drogas na via pública. É crime portar droga para o consumo pessoal e assim será. Não vamos mais admitir esse tipo de situação que foi na história da cracolândia o primeiro momento em que essa tolerância gerou esse fenômeno horrível para a cidade de São Paulo.

Então, o usuário de droga tem, sim, de ser tratado; tem, sim, de ser assistido; retornar ao lar, à família, à sociedade, ao trabalho. E, não pode ser tolerado que ele utilize droga na via pública para que tenhamos efetivamente o êxito da operação e chegarmos nesse ponto de não mais encontrarmos usuários de droga, crack, nas vias públicas.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada pela participação.

Queria falar agora como é que vai ser a nossa dinâmica. Temos os inscritos pelo Portal da Câmara, que são ao todo 23 inscritos.

Então, primeiro, vou chamar os inscritos pelo Portal da Câmara que se inscreveram antes. Depois, os inscritos que estão aqui presentes. Vocês também podem fazer a inscrição aqui mesmo com a nossa equipe.

(NÃO IDENTIFICADA) – Só queria deixar o recado de que a Dra. Juliana, da OAB, precisou ir embora porque ela tinha um compromisso e pediu para avisar a todos que estão aqui que a OAB está aberta para quem quiser entrar em contato e conversar.

Obrigada.

A SRA. LUANA ALVES – Quería dizer que eu também vou precisar me ausentar por outra agenda, mas eu acho que este é um espaço proveitoso para que as diferenças sejam colocadas. Escutei a fala do representante da Secretaria e eu lamento, com toda a honestidade, eu entendo, mas lamento que continue se achando que a maneira como Operação Redenção tem sido feita é a melhor maneira.

Acho que a gente pode discutir isso mais adiante. A gente não precisa mudar o nome da operação, não precisa colocar outra marca, mas eu acho que a gente discutir como a gente articula melhor as políticas públicas, é urgente. Tenho certeza de que o Executivo vai concordar comigo que não dá para a gente ter menos psicólogo, psiquiatra, assistente social atuando lá do que a gente já tinha. Não é possível que a gente tenha, como a gente ouviu o relato de alguém que está trabalhando na cracolândia, pessoas que fazem uso abusivo de algum tipo de droga, que querem entrar no programa de recuperação e não saibam para onde ir. Isso é muito ruim.

Conte com a Câmara Municipal para que a gente batalhe por recursos para política pública, recursos para pagar salário de assistente social, de psicólogo, psiquiatra, de enfermeiros e enfermeiras. Isso é absolutamente necessário.

Quería dizer isso e colocar que eu espero que o nosso diálogo continue e que conte com a nossa Bancada, inclusive, para batalhar por esse recurso. Não vamos demonizar nenhum profissional de nenhuma política pública - nem da segurança, nem da saúde, nem da assistência e nem de nada. Vamos, sim, fazer uma discussão sincera sobre o que a gente acha que tem de ser feito de fato naquela região, sem solução mágica, sem simplismo.

Quería dizer isso e deixar aberto aqui. Surpreendeu-me algumas manifestações nesses espaços, porque do jeito que a coisa é colocada, parece que existem moradores do Centro que estão muito felizes com a atuação da Prefeitura. Tenho certeza de que o morador do Centro não está feliz com a política pública que está sendo feita. Tenho certeza de que o morador do Centro não está feliz com a Prefeitura. Então, a gente tem que fazer um debate honesto entre nós.

Queria colocar isso e agradecer o espaço. (Palmas).

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Vereadora Luana Alves, que agora tem outra agenda.

Queria chamar a primeira pessoa inscrita.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Vieira Maluly, médica. (Pausa). Está presente? Não está presente.

Próxima, Sra. Marta Lilia Porta, Presidente do Conseg Consolação/Higienópolis/Pacaembu. (Pausa). Está presente? Não está presente. Sra. Adriana Carvalho. (Pausa). Também não está presente. Sr. Daniel Novaes, morador de Santa Cecília. (Pausa). Sra. Máira Gomes, moradora do Complexo Júlio Prestes.

Tem a palavra a Sra. Máira Gomes.

A SRA. MAÍRA GOMES - Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade. Sou moradora do Complexo Júlio Prestes.

Todo mundo sabe da existência da crackolândia. Se todo mundo não sabe, muita gente sabe. A gente ouviu muitas opções, muita tentativa de resolver o problema e como a gente pode notar, fracassaram. Ouvimos de tudo quanto é forma, jeito, maneira, sugestão de como tratar os usuários de drogas e aqui tem bastante. A ideia de distribuir novos cachimbos, seringa, kit, flores, abraços, nenhuma dessas alternativas foram suficientes para dar um basta na venda de droga. O que acontece aqui 24 horas por dia, sete dias por semana, é o tráfico acontecendo a céu aberto - faça chuva ou faça sol - ele não é interrompido. Logo, os usuários por aqui continuam como se fosse um evento sem fim.

Então, assim, cada dia chegam mais usuários. Já ouvimos especialista, ouvimos um monte de pessoas que pesquisaram sobre a crackolândia, mas não ouviram os moradores. Os moradores, os comerciantes, os trabalhadores, vizinho desse tormento que existe aqui há mais de 30 anos é um descaso muito grande com os moradores que existem, com os comerciantes, com os trabalhadores, com os frequentadores do Centro que vêm aqui sempre e se deparam com violência, lixo, sujeira, dejetos humanos, usuários para todos os lados.

Eu me pergunto quem vai ouvir os moradores, os frequentadores, os trabalhadores, os comerciantes que estão sendo prejudicados? A gente não pode ir ao mercado tranquilo, a gente não pode ir a uma academia tranquilo, a gente não sai para trabalhar tranquilo, a gente não volta tranquilo para casa porque não sabe se vai ser assaltado, se vai ser ferido por usuário.

Se os usuários estão aqui é porque existem os traficantes. Para combater os traficantes, tem que ser a polícia, tem que ter atuação da GCM. A gente apoia a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Operação Caronte. Queremos que aconteça mais atuação da Polícia. Estou falando de todas as esferas da polícia e que exista, sim, encaminhamento para os usuários. Porém, para acabar com os usuários, primeiro, precisa acabar com os traficantes. Os usuários precisam de tratamentos por que eles são doentes. Eles estão no lugar errado. Doente é no hospital. Então, eles precisam ser tratados. É preciso internação compulsória.

Que bom que a Defensoria Pública está aí para ouvir todos os lados. Então eles vão agora ouvir os moradores porque até então parecia que não existia moradores aqui, mas existe sim, e muitos, e estamos, sim, de acordo com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, com a GCM, com o IOP. Apoiamos essas operações, principalmente a Operação Caronte.

Agradeço ao Delegado e o Delegado Severino também. Que eles continuem atuando aqui porque o Centro precisa ser ouvido. O Centro pede socorro. O Centro precisa de segurança.

Muito obrigada a todos e boa tarde.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Queria chamar agora o Sr. Paulo Victor de Figueiredo Nogueira. (Pausa). Não está presente. Agora, a Sra. Marta Helena de Souza Reis, autônoma. (Pausa). Também não está presente. Agora, o Sr. Luiz Fernando de Araújo, ALP Advogados. (Pausa). Também não. Agora, o Sr. Lucas Gonçalves, Agente da Pastoral Carcerária. (Pausa). Próxima é a Sra. Carolina Lambert. (Pausa). Tem que ligar o microfone. Vou passar para o próximo e depois se as pessoas quiserem voltar. Agora, Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira, que é do Padrinhos pela Inserção Social. (Pausa). Vou passar para o próximo, Sra. Viviana Torrico, do Solidariedade Vegan. (Pausa). Próximo, Sra. Caroline Santos. (Pausa). Próximo, Sr. Ariel Machado Godinho. (Pausa).

Próximo, Sr. George Bispo, morador da região.

O SR. GEORGE BISPO – Eu queria começar pelo final da fala da Maíra dizendo que, do ponto de vista dos moradores, entendemos que a Operação Caronte é estritamente necessária. Não só a Operação Caronte, como a atuação da Polícia Militar e da GCM na região, por que quando nós vemos uma viatura e quando nós percebemos a presença de um policial militar ou de um GCM, nós ficamos com o coração aliviado porque por um pequeno espaço de tempo, temos uma sensação de segurança.

Quero agradecer a todos, inclusive aqueles que representam e que defendem os direitos dos usuários, porque essa defesa é estritamente necessária. Todos precisam de defesa e isso é o que nós queremos como moradores. Queremos também ser defendidos. Queremos que o nosso direito de ir e vir, a nossa condição de escolher as melhores opções de compra, os melhores lugares de lazer na região sejam também possíveis de serem feitos de forma pacífica, de forma ordeira e não com medo de ser abordado, de ser assaltado, de ser violentado de todas as formas.

Então, queria agradecer a todos que estão aqui porque o problema é complexo e a solução é mais complexa ainda porque o número de moradores na região aumentou e nós precisamos de apoio, nós precisamos de suporte. Hoje, nós enxergamos isso na atuação da Polícia Civil, Militar e na GCM.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Queria chamar agora o Sr. Sebastião Nicomedes de Oliveira, do Padrinhos pela Inserção Social.

O SR. SEBASTIÃO NICOMEDES DE OLIVEIRA – Sou também dos movimentos de população de rua.

Acredito que muitos dos que vocês chamaram na lista não conseguiram falar porque, assim como eu, estavam travados. O microfone estava confiscado, não dependia de a gente liberar o áudio.

Mas eu quero dizer da Operação Caronte, da Segurança Pública, que a Prefeitura

criou um problema tão grande na cracolândia, primeiro, na parte da Segurança Pública, que se funcionasse o combate ao tráfico, não existiria a cracolândia. Se há cracolândia, é porque não há combate. Nós temos ali pessoas em situação de rua, sem teto, sem lugar onde morar, sem o que fazer da vida num processo de fuga como é no álcool, que é uma droga liberada e não há combate, só incentivos a preços baixos para todo mundo.

Então, essa Operação Caronte não pensa, por exemplo, na população carcerária do Brasil. Vejo as autoridades se vangloriarem de 300 prisões, 70 prisões. Por quanto tempo essas prisões? Quando essas pessoas saírem vão para aonde? Temos pessoas presas nesses trinta anos de cracolândia. Para onde as pessoas estão indo quando saem? O que foi pensado para elas? Estão indo às ruas sem ter onde morar? Voltam a cracolândia.

Vocês se vangloriaram dos prédios, dos hotéis, das pensões derrubadas desmanchada na região e dos quarteirões isolados e desmanchado. As pessoas que foram expulsas daí. Vocês colocam todos ali como sendo traficantes que usavam drogas. Ali tinham muitas famílias que precisavam trabalhar e não tinham renda para pagar na cidade aquelas velhas pensões. Ao invés da Prefeitura fazer reforma naquelas pensões, dar condições para aquelas pessoas morarem melhor, tirou todo mundo como o lixo, como usuário de droga. Aumentou a população de rua da cidade, aumentou a precariedade e não resolveu.

Vou citar um exemplo. Vou citar o nome de Marineide Veloso. Procure na Secretaria de Habitação. Uma senhora em situação de rua que foi deixada no Terminal Bandeira há anos em São Paulo e foi inscrita no programa de habitação. Ela arrumou um emprego no Albert Einstein para conseguir entrar na habitação.

Aí chamaram ela lá na Cracolândia, disseram que ela não poderia ser contemplada naqueles prédios porque ela trabalhava em outra região. Ou seja, vocês transformaram as pessoas que estavam ali na demanda, precisavam de renda, foram atrás de renda e desqualificaram porque conseguiram renda. Então o que percebemos é que não há um combate ao tráfico, não há uma política de inclusão, não há política de recuperação; há, sim, política de fazer barulho para a imprensa. Delegados já estão conectados com o Datena. Entrou ao vivo,

vamos lá soltar bomba e atacar.

Então, em audiências como essas, vamos ter mais realidade, levar para os comitês de população de rua, para o Comas, para os conselhos de habitação, para o Conselho de Saúde. E fazer uma discussão séria.

Eu participei junto com os moradores de um ato. E eu acho que tanto os que moram nos prédios quanto os que moram nas ruas são moradores, e todos estão sendo vítimas nesse momento de uma política nefasta e incapaz e desinteressada, como tem sido nos últimos 30 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sr. Sebastião.

Posso chamar o próximo, que é a Jose Ellen, moradora do Complexo Júlio Prestes.

A SRA. JOSI HELEN – Meu nome é Josi, sou moradora do Complexo Júlio Prestes.

A nossa questão é a seguinte: todos em suas falas, principalmente os pesquisadores, observam a questão da cracolândia somente pelo prisma dos usuários de drogas, da população de rua, mas não olham a questão sob a nossa perspectiva como moradores. Nós saímos para cobrar um pão e sofremos mata-leão, a gente toma facada. Estamos sendo alvos toda hora de violência física e mental. Até então a cracolândia ficava do lado da Praça Júlio Prestes, nós não dormíamos, agora ela está espalhada, e está aqui na Através. Duque de Caxias, em frente ao Bradesco, e continuamos não dormindo. Todo dia sofremos algum tipo de violência.

Quando vocês discutem a cracolândia, vocês não podem discutir sem falar do viés da segurança pública. Nós precisamos de segurança pública, não temos condição de viver aqui sem a presença da GCM, sem a presença da PM na nossa porta. Já pedimos inúmeras vezes que inclusive tivesse viatura aqui na porta do Complexo Júlio Prestes, e isso nos foi negado, sendo que nós fomos colocados aqui por uma política de ocupação, de revitalização do centro de São Paulo, e estamos abandonados.

Fizemos dois protestos, vamos fazer outros. E até agora o Prefeito Ricardo Nunes sequer compareceu no bairro do Campos Elísios. É um descaso o que acontece conosco.

Quando sofremos uma violência, não vemos a presença da OAB, não vemos a

presença da Defensoria Pública, não vemos a presença desses órgãos que falam dos direitos humanos. Nós não somos contra os direitos humanos, somos a favor, sim; mas somos a favor também que tenhamos o mínimo de segurança, que tenhamos um mínimo de qualidade de vida para sobreviver no centro.

A minha família foi alvejada dentro de um carro pelos traficantes, pelos usuários de drogas. Meu pai tomou uma pedrada, quase atingiu a cabeça dele no momento que o fluxo virou. A minha família não me visita mais, eu não saio mais de casa.

Que condição vocês estão pensando? Não é só olhar sob a perspectiva do usuário, tem que olhar sob a perspectiva do morador também. Nós também somos gente, nós também somos humanos, nós somos trabalhadores do centro também, merecemos respeito, merecemos que sejamos ouvidos o tempo todo. Não podemos permitir que essa cracolândia exista.

Por que vocês não criam a política de assistência social? A política de saúde está sendo falha no tratamento dos usuários, isso é nítido. Se é para ter tratamento, se tem tanta especialista, por que já não fizeram um espaço, algo para destinar esses usuários? Vemos eles na nossa porta o tempo inteiro, vagabundando, que é na verdade o que eles estão fazendo aqui, e nós tendo que ir trabalhar.

Nós queremos segurança pública. Nós não podemos falar da cracolândia sem a permanência da segurança pública. Esse é o nosso apelo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Matheus Nolácio dos Santos, operador de logística. (*Pausa*)

Tem a palavra o Sr. Luca Neolo, fotojornalista. (*Pausa*)

Tem a palavra a Sra. Paula Ventura da Costa, aposentada e moradora. (*Pausa*)

Tem a palavra a Sra. Marisa Coperman, moradora. (*Pausa*)

Tem a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santiago, munícipe. (*Pausa*)

Acabou a lista dos inscritos pela internet.

Chamando os que estavam presentes na lista, mas que não estavam com o microfone aberto: o Sr. Lucas Gonçalves está com o microfone aberto agora? (*Pausa*) Não? E a

Sra. Carolina Lambert? (*Pausa*) Também não.

Então eu vou chamar os inscritos no plenário.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Mendes, morador de Santa Cecília, que terá três minutos.

O SR. MARCELO MENDES – Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou envergonhado de muita coisa que eu ouvi aqui. Parece que são dois times: um trabalhando para acabar com a craco e o outro trabalhando para manter a craco.

Eu sou morador da Frederico Stênio. No último dia 16, eu estava na minha casa. Às cinco horas da tarde, de repente comecei a ouvir um barulho, fui ver e a cracolândia tinha invadido a minha rua. Eu normalmente não faço comida em casa, mas nesse dia eu fiquei tão tenso, tão nervoso, que eu não consegui sair de casa e não tinha como sair de casa, porque eu tinha que passar pelo meio deles. Eu fiquei a terça-feira sem comer, só fui comer na quarta. E cada vez que eu entrava ou que eu fosse na janela, eu tinha a minha vida ameaçada. E não é ameaça de jogar pedra, é ameaça com faca.

Quero parabenizar as polícias – o Dr. Severino, o Dr. Roberto, a GCM. Eles fizeram uma ação maravilhosa, uma coisa sem violência. Eu vi de cima da minha casa, de camarote, a polícia cercando, todo mundo se sentou, passou pela revista, desarmou quem tinha que desarmar, pegou os traficantes, que antes o drone já estava rodando e filmando tudo. Eu não vi violência nenhuma. E tenho acompanhado as operações da Helvétia também e não vi nada disso.

Há umas duas semanas, teve de novo a invasão da Frederico Stênio pela cracolândia. Foi uma coisa por horas. Nós descemos dos apartamentos e fizemos uma barreira humana para não deixar eles invadirem.

Eu tive o meu braço machucado por um deles, porque, no meio do tumulto, eu fui empurrado, caí, fui pôr a mão no chão para não bater as costas, rompi um ligamento, vou ter que fazer uma operação no braço por conta disso.

E na última quinta-feira, para o pessoal que defende tanto a cracolândia, eu estava

dormindo, três horas da madrugada... Eu moro num apartamento do último andar de um prédio de quatro andares. Três horas da madrugada, eu comecei a ouvir um barulho, um barulho, um barulho, eu saí no meu terraço e tinham dois caras no meu terraço. É você acordar na sua casa de madrugada e ter duas pessoas dentro da sua casa, nem dentro da minha casa mais eu estou tendo segurança, e as pessoas estão aqui defendendo cracolândia. É o rabo correndo atrás do cachorro, pelo amor de Deus.

Estamos indignados? Estamos indignados, pela falta de respeito do estado conosco.

Eu vim de São Miguel Paulista. Eu trabalhei a minha vida inteira. Eu comecei a trabalhar criança, porque na minha época trabalhávamos quando éramos criança. Eu comecei a trabalhar com seis anos de idade. Eu trabalhei a minha vida inteira. Eu financiei o meu apartamento em 20 anos. Faltam cinco ainda para terminar de pagar. Eu fui tentar vender o meu apartamento, que não vale 300 mil, e está valendo menos de 150 mil. Eu não posso nem me mudar de lá se eu quiser. Entende? É isso que vocês estão causando na vida da gente quando defendem cracolândia. Tem que olhar pelo outro lado. É isso que vocês estão causando.

Na *Virada Cultural* eu me arrumei pra sair. Eu me preparei e falei: “Vou sair na *Virada Cultural*”. Começou a me dar uma tremedeira depois. Descobri que estou com pânico. Está me afetando de todos os lados, e não é só a mim, é a mim e a todos os moradores de lá.

Quem está aqui defendendo cracolândia não foi na cracolândia, foi uma, duas, três vezes, mas não viveu com a cracolândia na porta como estamos vivendo.

É isso. Obrigado. Por favor, deem uma solução para a cracolândia. Não aguentamos mais aquilo.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. Charles Menezes.

O SR. CLEBSON CHARLES DE MENEZES SOUZA – Ninguém defende cracolândia, defendemos vidas, moradia para todos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Eu quero só avisar que as

inscrições de quem estava presente já foram feitas. Encerraram-se as inscrições. Depois de todos os inscritos falarem, vamos para o encerramento.

Sr. Charles, três minutos, por favor.

O SR. CLEBSON CHARLES DE MENEZES SOUZA – Boa tarde a todos. Clebson Charles de Menezes Souza

Para quem não me conhece, sou Cledson Charles, morador da região de Santa Cecília, do Campos Elísios. Sou empresário, tenho um comércio no ramo de prestação de serviço. E estamos sendo diretamente impactados por essa situação que vivemos no Centro.

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro aos senhores antropólogos, vereadores, munícipes, Direitos Humanos, MP, que hoje estaremos lá às três horas da tarde, que essas vidas aqui também importam. E somos nós que pagamos impostos, somos nós que sustentamos essa corja de vagabundos que há 30 anos não fazem nada para resolver e dar uma solução para esse assunto.

Gostaria de deixar uma pergunta: por que querem a manutenção do tráfico? Quem vem aqui a esta tribuna contra as ações da polícia, que está cumprindo a lei? A quem interessa? Seriam as ONGs que estão com medo que a verba pública acabe para elas continuarem agindo em profissional da manutenção da feira livre do tráfico, com a farra do dinheiro público? Será que é isso? Então deixo o meu questionado arquivado e gravado, para que as pessoas reflitam sobre esse olhar.

O fluxo foi para a Praça Marechal Deodoro. Por que lá não deixaram ficar? Seria porque é a entrada de um bairro nobre de São Paulo? Será que seria isso? Não que estamos defendendo que o fluxo tem que mudar de lugar.

Entendemos, sim, que a ação da polícia, a *Operação Caronte*, é extremamente necessária para combater o tráfico e é lei. Está na lei, está no Código Civil, no Código Penal. E ela tem que ser, sim, cumprida.

Parabéns às polícias e à Secretaria de Segurança Pública – vocês estão de parabéns –, com exceção dos maus policiais, que abusam do poder – porque ninguém aqui está

defendendo ação de violência contra ninguém, de forma alguma. Queremos tratamento digno, sim, para esses usuários. Queremos, sim, um encaminhamento pós, porque não adianta levar esse usuário, levar para tratar e daqui a três meses jogá-lo na rua de novo. Então nós defendemos, sim, essa bandeira, porém não podemos mais aceitar 30 anos da feira livre do tráfico; não podemos mais aceitar, nós, que vivemos de turismo.

O Centro de São Paulo não pode ser frequentado. A Aliança Francesa e o Consulado Francês está não recomendando o Centro de São Paulo, pela questão da violência. Então é necessário ter um olhar muito mais abrangente do que somente olhar para o umbigo de uma minoria. O direito de 90 mil pessoas diretamente impactadas – comerciantes, moradores e trabalhadores – não pode ser um direito menor do que de cinco mil usuários.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra a Sra. Sonia Domingues.

A SRA. SONIA DOMINGUES – Boa tarde a todos.

O meu nome é Sônia, sou moradora do Complexo Júlio Prestes. E há anos vimos sofrendo com a questão cracolândia.

Tudo que eu vou falar aqui já foi repetido, então não tem a necessidade. Todo mundo já conhece as reclamações. Mas esse jogo de empurra-empurra que se arrasta por anos e anos tem que acabar, porque é um apontando o outro. A polícia tentando fazer, o outro lado não deixa. O outro lado achando que marmitas, tampadas ou destampadas, vão resolver a situação. Nós somos humanos. Nós, moradores, somos humanos também. E quando um daquele dependente se livra das drogas, nós ficamos contentes, porque somos humanos. Agora o que não podemos é defender a permanência deles nas ruas. Isso é errado. A polícia tem que prender o traficante. E esse dependente tem que ter tratamento, tem que ser levado para um tratamento. Não adianta acolhimento e deixar o cara jogado na calçada. Não adianta. Queremos solução. Fazemos manifestação por segurança. Não importa que um lado ou que o outro lado resolva, o que queremos é solução para os nossos problemas. So-lu-ção, não importa se por um lado ou por

outro, o que for resolvido. Apoio, sim, a Polícia, que está agora resolvendo muita coisa ali. O tráfico é ilegal. É lógico que tem que ser preso. É ilegal. Ou não? Ou poder vender droga à vontade? Não pode. Então tem que ser preso. Vamos dar os parabéns para o lado que resolver. Pode ser este aqui, pode ser do outro ou pode ser a PQPQ, mas o importa é chega, não aguentamos mais, queremos segurança. Não aguentamos mais sair na nossa rua, levar tapa na cara. “Ah, é dependente”. Nosso carro depredado. “Ah, é dependente” Nosso prédio ficar sem energia. “Ah, é dependente”. E os nossos direitos? Por que só os direitos deles? “Ah, tem que levar flores”. Ah, legal, vamos levar flores e vamos levá-los para o tratamento. Vamos dar um tratamento decente. Deixar o camarado jogado na calçada, nomeio do lixo, de barata e rato, para mim não é acolhimento. Desculpe, quem defende.

E aqui eu deixo uma pergunta: tanto tempo levando marmita, acolhendo, o que mais é feito além disso? Pro pessoal que apoia a cracolândia: o que é feito além disso?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem a palavra o Sr. João Carlos de Souza, morador da Rua Helvétia e membro do CPM.

(NÃO IDENTIFICADO) – Boa tarde a todos.

Sou morador daqui, nasci na região. Há 30 anos eu sofro muito.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sr. João Carlos de Souza está aqui presente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA – Estou *on-line*.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Sr. João Carlos, eu chamei o senhor, que não abriu o microfone. Eu vou...

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA – Não, eu estou com o microfone aberto.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Ah, o senhor está *on-line*?

Como eu abri o microfone e o chamei duas vezes e o senhor não pôde falar, eu vou chamar agora os que estão presentes, mas o senhor eu chamo logo depois. Tá bem?

(NÃO IDENTIFICADO) – *Okay.*

(NÃO IDENTIFICADO) – O João Carlos é do Complexo Júlio Prestes.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – *Okay.*

Agora vai falar o Sr. João Carlos de Souza, que está aqui presente, por três minutos.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA – Eu não vou tirar a máscara, por respeito às mais de 670 mil pessoas mortas pela Covid. Esse é a minha homenagem a essas pessoas, aos familiares que perderam pessoas.

Eu teria que falar algumas coisas, mas eu vou somente responder, Presidenta.

A Promotora disse que retiraram os dependentes químicos da praça. Não é verdade.

Retiraram nós, moradores, comerciantes que frequentavam lá. Eles que retiraram a gente, eles que ocuparam os nossos espaços. (Palmas) Não tirou ninguém da praça.

Aliás, Vereador Fabio Riva, muito obrigado. A nossa população agradece pelo seu projeto. Agora não é mais praça, agora é parque lá. Nós agradecemos junto com a Associação de Moradores dos Campos Elíseos, com o Presidente lézio, que foi atrás disso e conseguiu para a gente o que agora é um parque.

Quero responder para a Vereadora Luana Alves, sobre os Braços Abertos. Eu pediria a senhora, Vereadora, que visitasse os comerciantes e moradores de lá e perguntasse para eles como foi o Braços Abertos, na prática, em campo. Pergunte aos moradores, garanto que eles vão responder o seguinte: não foi bom. Triplicou, quadruplicou a quantidade de número de usuários na região. Isso é fato.

Nós precisamos de uma pesquisa séria. Se for um trabalho sério aqui, nós também queremos trabalhar sério. Lá não é cracolândia, lá é Campos Elíseos. Foi o primeiro bairro planejado na cidade de São Paulo. Respeite o meu bairro, respeite os moradores, respeite os comerciantes, respeite os trabalhadores que estão lá e milhares de pessoas que passam por lá.

Então vocês querem discutir segurança pública? Queremos também discutir segurança pública, não só isso. Queremos falar das nossas dores também, porque durante todos esses anos...

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Um minuto, por favor.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA - Vou pedir mais um minutinho, por favor, Presidenta.

Sobre o espalhamento que falam, por que estou falando que é o primeiro bairro sobre o espalhamento? Quer dizer que queriam deixar lá, escolheram que lá é o lugar deles? Qual vai ser o lugar deles? Porque lá eu moro, trabalhei duro. Eu sou professor há 20 anos, sou artista visual também. Batalhei na minha vida para comprar aquele espaço. Lá é o meu espaço. Quem são vocês para dizer que lá é o espaço de quem está dependente de drogas? Por que lá é o espaço? Eu só ouço isso. Morador, como eu, como milhares de pessoas que estão me ouvindo, trabalhadores que vão para lá e comerciantes.

Eu tenho um áudio que queria mostrar e não foi permitido, assim como tenho um vídeo de violência que não foi permitido.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA - Para terminar, eu queria entregar para a senhora, Presidenta, um manifesto que nós estamos fazendo, que é justamente para o Poder Legislativo, já que aqui é uma comissão, dizendo tudo isso. Dizendo o que o Charles disse, que é lei. Nós queremos que cumpra a lei, não queremos, já foi dito, não queremos que batam neles. Isso daí não. Queremos justiça para nós moradores, comerciantes e trabalhadores.

Por isso, eu entrego para a senhora um manifesto que nós fizemos e vamos entregar ao Ministério Público. Estaremos quinta-feira aqui também, na audiência dos direitos humanos, porque nós queremos falar, nós queremos participar.

Obrigado, Presidente. Obrigado a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – O próximo é o Sr. Eduardo Sérgio, morador da Rua Guaianases.

O SR. EDUARDO SÉRGIO – Boa tarde a todos e a todas, à Presidente, aos membros da mesa. Sou Eduardo Sérgio, morador da Rua Guaianases, síndico também. Infelizmente, devido a todo esse acontecimento na nossa região, moro lá há 35 anos, nunca vi o Centro tão

degradado como estamos vendo atualmente.

Com isso vemos o centro de vários outros países e de qualquer cidade como referência em todo o mundo, nós estamos vendo a degradação de um centro turístico e trabalhador para todos.

Gostaria que a moça dos Direitos Humanos da OAB ouvisse, porque quando ela citou que foram três pessoas mortas na cracolândia, isso foi briga entre eles, briga do tráfico. Ninguém citou a morte de um policial que foi esfaqueado dentro da cracolândia para defender investigação. Ninguém citou isso aqui e a gente não vê direitos humanos indo na casa de ninguém. (Palmas) A gente não vê a OAB e a Promotoria perguntar aos moradores, como eu tive morador no meu prédio, onde sou síndico, esfaqueado para ter roubado seu celular, mas os direitos humanos não foram lá nem para dar remédio, nem um prato de comida para a família deles.

Os nossos valores e direitos estão invertidos, infelizmente. O pessoal que mexe com tráfico, que usa o tráfico, que faz as coisas erradas, tem mais direitos do que o cidadão de bem que paga os impostos e que paga o salário de todos eles. (Palmas)

Infelizmente, a Prefeitura não dá ouvidos, o Governador não dá ouvidos. Eu gostaria sim que todos se empenhassem e agradecessem à Guarda Municipal, à Secretaria da Segurança Pública, o Ministério Público que viessem nos apoiar ao invés de apoiar bandidos, porque são bandidos tomando conta da nossa região. Infelizmente, é isso que está acontecendo.

Agradeço a todos. Obrigado pela oportunidade de dar a minha opinião como morador e síndico, pois represento o meu condomínio aqui. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Quero chamar o Sr. Bruno Lopes Bocudo, morador e síndico do Centro.

O SR. BRUNO LOPES BOCUDO – Boa tarde a todos, obrigado por estarmos aqui. Eu coloquei três pautas: saúde, isenção do IPTU, urgente, enquanto não resolver o problema da cracolândia. Os comerciantes tiveram seus lucros diminuídos, o desemprego está gigante devido a situação toda. Nós queremos um prazo, enquanto não tiver solução para a cracolândia, para a insegurança e a degradação humana que está na região toda. A cidade está cheia de xixi, cocô,

buraco, semáforo quebrado.

Esta gestão que está atualmente é uma das piores de todas, afundaram São Paulo porque agora a Cidade está abandonada. Principalmente, se tratando do Centro que está abandonado.

Eu quero exigir com os moradores a isenção do IPTU dos moradores e comerciantes enquanto não resolver com uma solução a cracolândia. Essa é uma das pautas.

A outra pauta é a saúde. Parabéns à GCM, à Polícia Militar, a Civil, parabéns a todos porque estão fazendo um bom trabalho, mas falta incluir a saúde. Sem um tratamento químico para esses dependentes não vai resolver nada. São vários setores, não só a segurança pública, é a saúde também. Buscar um lugar para esse pessoal, porque eles não podem ficar lá atrapalhando os comerciantes, tem de encontrar um lugar isento. Tem o Anhembi, a Praça Charles Miller, um lugar para serem tratados.

Na Praça Marechal são muitos os viciados e moradores de rua. Acontece que tem a barraca deles lá, onde eles fazem as suas necessidades fisiológicas. Ao lado, como os moradores já falaram, tem um Bom Prato, na rua General Júlio Marcondes Salgado, isso já foi colocado em pauta, mas não foi resolvido. A situação é que aquele Bom Prato está todo interditado, está caindo na cabeça das pessoas. O que eles fazem? Eles pegam as marmitas, entregam na mão do pessoal na rua para comer de uma forma desumana, degradante...

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Um minuto.

O SR. BRUNO LOPES BOCUDO – ...aquilo lá é uma lavagem, não serve para nada. Eu quero convidar o Prefeito a sentar naquele Bom Prato e comer, se ele tem coragem de comer no Bom Prato, porque aquilo lá é um lixo. Cheio de baratas, ratos. Essas marmitas que eles pegam lá entopem os bueiros, quando chove é sujeira total. As pessoas não conseguem andar por ali.

A outra pauta aqui, é o roubo de fios nos semáforos e tudo o que eles vêm pela frente eles roubam. Tudo. Eles saqueiam tudo. Essa pauta também é um caso que precisa solucionar, mas é de fácil solução. Só que aqui ninguém tem coragem de falar, é a porcaria de quem compra,

compram tudo isso roubado e furtado. É isso mesmo, quero saber qual a solução. A gente não aguenta mais morar lá e viver desse jeito, sabe?

Eu estou indignado. Não aguento mais. Sou Lopes Bocudo, resolvi gravar tudo o que está de errado na Cidade, é buraco, é xixi, é cocô, é a degradação que fazem os usuários de drogas.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

O SR. BRUNO LOPES BOCUDO – Vou concluir, só um minuto.

Os usuários de drogas estão fazendo um sistema lá que não vai resolver nada. Eles precisam de tratamento, acompanhamento psicológico, precisam de um lugar para ficar, não ficar atrapalhando os comerciantes da Santa Ifigênia. É isso. Estou tão nervoso que não consigo nem falar, pessoal.

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Okay. Vou chamar a próxima, a Sra. Riselda Maria, moradora e síndica na rua dos Gusmões.

A SRA. RISELDA MARIA – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de informar que sou síndica de dois condomínios, moro nos Campos Elíseos há 46 anos, que agora está degradado daquela maneira.

Eu queria saber do Poder Público quem mora ali? Eu queria que levantassem as mãos e falassem quem mora lá. Eu também sou negra, mas não posso sair com meus filhos na rua. Tenho um filho de 22 anos que faz faculdade, tem de ir três pessoas no ponto do ônibus para trazer ele para casa, senão ele é esfaqueado. Eu já fui machucada, já fui esfaqueada e ninguém fez nada. Onde está o Poder Público, onde está isso e aquilo outro para fazer alguma coisa?

Tenho duas velhinhas dentro do meu condomínio que precisam de aspirador, mas eles roubam os fios. É degradante o que a gente vive passando ali. Eu só vejo aqui dizendo coitadinho, coitadinho, para bater em nós? Fazer o que fazem, invadindo o nosso condomínio? Isso está certo?

Eu trabalho desde sete anos de idade, até hoje eu trabalho, assim como meu marido e minha filha. Mas todos têm de ir acompanhados para poder pegar o ônibus.

Eu lutei para poder comprar um imóvel ali em Campos Elíseos para quê? Para o traficante e o usuário de drogas ter direito de ficar na minha calçada, roubando os fios, deixando a gente ficar seis, sete, oito horas sem energia. E o Poder Público fica votando em quem? No guia, na turma que ficam servindo marmitinhas para eles, que estão defendendo.

Onde está alguém aqui para me defender? Eu estou doente, estou dentro de casa, por causa de quem? Por causa dos nória. Eu vivo em pânico, tremendo como estou aqui. Não estou tremendo porque estou falando aqui, porque eu sou do Conseg, falo muito bem lá. Todo mundo me conhece. Agora, me dá tremedeira, não durmo à noite, tenho de dormir com remédio, por quê? Se eu botar um som na rua eu sou multada, rapidinho põem a polícia atrás de mim.

Direitos humanos para o coitadinho, mas acontece que ele pode andar com som a noite toda, acordando todo mundo (Palmas) brigando, gritando, quebrando os carros. É o coitadinho. Agora, eu não sou coitadinha, quem vai levar remédio para mim? Quem vai? Se não for o meu marido ou eu que temos uma lista de remédios para comprar. Não são vocês que vão lá, não. Nós aqui não somos isso não, somos seres humanos e trabalhamos. Então respeitem.

A SRA. PRESIDENTE (Silvia da Bancada Feminista) – Conclua, por favor.

A SRA. RISELDA MARIA – Estou concluindo. Eu tenho cinco netos, têm dois gêmeos. A minha filha que está ali sentada tem de levar os dois juntos, porque senão eles roubam os carrinhos com os meus netos gêmeos para ir para creche? Isso está certo? Isso não está certo.

Agora chegam essas “bichinhas” aqui dizendo: ah, porque eu sou advogada, porque sou isso, sou aquilo. Tem que defender os “bichinhos”. Concordo que tem de defender eles, tem de fazer por eles. Mas arrumem um lugar para eles, porque a minha rua não é lugar deles. Façam alguma coisa. Por favor. (Palmas)

Obrigada, minha gente. Desculpa por eu não ter falado direito, porque estou muito nervosa e doente por causa dessas condições de vida que o Poder Público me dá.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Queria chamar a nossa próxima oradora a Sra. Carolina Iara, Covereadora da Bancada Feminista, do PSOL.

A SRA. CAROLINA IARA – Boa tarde. Sou Carolina Iara, uma das Vereadoras trans aqui da Casa, sou da Bancada Feminista. Saudar aí a Sílvia e a Paula na condução desta audiência pública.

Nós temos uma situação muito complicada, quando falamos de cracolândia, por conta de que o Estado precisa atuar como mediador de dois polos que são prejudicados pela inércia da Prefeitura e da Gestão Pública. Um deles é o polo de população em situação de rua que aumentou dramaticamente com a pandemia, ultrapassou o número de 40 mil, segundo pesquisas. Embora o censo seja muito subnotificado. Temos o outro lado também dos moradores que, não preciso repetir, já trouxeram aqui as suas dores.

Nós precisamos...

- Manifestação do público.

A SRA. CAROLINA IARA – Não sou contra os moradores nem eu estou colocando. Estou dizendo que o Estado precisa atuar...

- Manifestação do público.

A SRA. CAROLINA IARA – ...o Estado precisa atuar como garantidor dos direitos humanos de todas essas pessoas que eu citei, tanto dos moradores quanto da população em situação de rua e da população em situação de rua de uso de droga. Então nós temos essa situação muito complicada a se resolver, não há nenhuma solução mágica para a questão.

Em nenhum momento esta Casa se diz favorável à cracolândia, muito pelo contrário, nós lutamos aqui, inclusive, os Vereadores de esquerda para que a Casa aprove políticas de retirada de pessoas em situação de rua através de: políticas sociais; do *Housing First* que é a moradia primeiro, moradia social gratuita para a população que não tem condição; de programas populares de moradia; de repúblicas compartilhadas para essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e de rua para que elas não fiquem na rua como estão agora.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Um minuto.

A SRA. CAROLINA IARA – Só que, infelizmente, o próprio Governo que está aqui representado sim pela Secretaria de Segurança Pública só coloca a Secretaria de Segurança como bucha de canhão deles para tratar da situação, mas não aprova aquilo que a gente colocou de política social para tirar as pessoas da condição de miserabilidade que sim é uma condição degradante sim. A gente não está romantizando. Mas a gente precisa que o Poder Público se responsabilize, porque não está se responsabilizando.

A negligência não vem de nós, quando falamos de que essas pessoas precisam de direitos sociais e humanos mínimos, assim como os moradores também. Mas a gente pede ao Poder Público que ele se responsabilize, que pare de deixar tudo sem aprovar, que pare de barrar os projetos sociais que nós colocamos aqui para votar para tirar essas pessoas da situação de miserabilidade, para que possa ter repúblicas compartilhadas, moradia social gratuita, que possa a isenção de IPTU também – eu não sabia dessa pauta, mas é algo que pode ser pensado.

Todavia, precisamos que isso seja resolvido, sem a exterminação das pessoas em situação de rua e sem a prisão e abuso de poder. Eu acho que os moradores também não são a favor disso, de internação compulsória com violência. Nós somos contra isso. Nós não vamos abrir mão, mas que seja feita a resolução do problema de forma complexa.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Vamos respeitar a fala. Todas as falas foram respeitadas. Aqui, não é nada no grito, gente. Aqui é democracia. Vamos respeitar a fala de todo mundo.

Então, conclua, Sra. Carolina Iara.

A SRA. CAROLINA IARA – Sim. Eu já fiz o uso da palavra. Enfim, já consegui concluir o meu raciocínio. Só peço para que possamos ter o mínimo de bom senso, para não demonizar os ativistas em direitos humanos, não demonizar o Padre Júlio – estava lá, com ele, hoje –, não demonizar outras pessoas que estão já tão vulneráveis. (Palmas)

- Manifestação do público.

A SRA. CAROLINA IARA – Ele leva para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada, Sra. Carolina Iara.

- Manifestação do público.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Não, não. Agora, não. Está bem?

Agora, vou chamar o próximo, que é o Sr. Daniel Dias, morador dos Campos Elíseos.

A SRA. CAROLINA IARA – O problema não é a Prefeitura. São os direitos humanos e Ministério Público que proíbem a polícia de atuar aqui, no Centro.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Tem três minutos, Sr. Daniel.

O SR. DANIEL DIAS – Boa tarde. O primeiro ponto é que a Vereadora citou a questão de remover, de tirar as pessoas de uma condição desumana, mas nós, moradores, não somos contra a vida. Nós, moradores, queremos que essas pessoas não sejam alimentadas no lixo e permaneçam no lixo. É isso o que nós, moradores, não queremos. (Palmas)

Nós queremos que essas pessoas tenham condições de se socializar com as pessoas, como eu, como todos nós, moradores. Essa é a nossa visão de mundo, de seres humanos, porque não adianta eu abrir uma ONG, ir lá, levar um prato de comida e deixar essas pessoas permanecerem na rua, deixar essas pessoas dormindo na rua, ao relento.

Eu vejo, lá, direto, como morador, pessoas que perdem o braço, perdem as pernas, perdem os olhos. Por quê? Não é a polícia, que foi lá e bateu neles, e arrancou olho, perna e braço. Não, é porque eles ficaram devendo e foram represados por isso.

Então, o Poder Público tem de olhar com essa visão, a visão de mudar, não de alimentá-los na rua, mas sim de dar condição para que eles saiam dessa vida. É desumano o que é feito ali. Entendem?

Agora, veio o TJSP e colocou a liminar, pela qual a GCM e a Polícia Civil não podem ir contra essas pessoas. Não é contra. Eu esqueci o termo, agora, mas, nessa última semana, várias pessoas...

- Manifestação do público.

O SR. DANIEL DIAS – Isso. Essas pessoas não podem ser abordadas. E o que acontece? Na região da Paulista, houve pessoas que foram roubadas e, simplesmente, quando chegaram ao guarda ou à polícia, lhes foi dito: “Nós fomos obrigados a não agir”. Foi isso que foi dito, lamentavelmente.

Eu vi que colocaram um morador falando que perdeu os olhos, as pernas, mas essa fala não existe. Se vocês quiserem, nós podemos apresentar para vocês vídeos de traficantes abusando sexualmente dessas pessoas. Eu acho que vocês precisam fazer uma frente, em que vocês coloquem moradores de bens, para que possam visualizar, em uma ótica humana, não em uma ótica desumana. A forma com que eles estão sendo tratados, ali, é desumana. Não adianta falar que a polícia está batendo. A polícia está fazendo o que foi colocado para eles fazerem.

Concluindo, o que acho que deve ser feito: não podem alimentá-los na rua e deixá-los na rua. Têm de tirá-los da rua, alimentá-los fora da rua e dar condição para que eles voltem à sociedade. É isso o que tem de ser feito. Não adianta ficar lá, batendo neles, colocando-os em condição desumana. Então, é isso o que tem de ser feito. Eles têm de ser alimentados de uma forma que eles possam voltar para a sociedade, e não permanecer nas ruas.

É isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Okay. Quero chamar, agora, o Sr. Adevandro Lourenço, morador de Santa Cecília.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – O senhor não fala? Então, ele fala menos de três minutos. Okay.

O SR. ADEVANDRO LOURENÇO DA SILVA – Bom, eu quero, Presidenta, fazer uma questão. Por que é que não há um representante nosso, dos moradores e comerciantes, nesse trabalho? Eu gostaria que convidassem, porque nós temos associações que participam. Entendem? Eu gostaria que houvesse um representante nosso aqui. Acho que essa é a primeira fala.

A segunda é que eu gostaria que todo mundo refletisse. Alguém, aqui, quer uma cracolândia na porta da sua casa? Queria perguntar, mesmo, lá, no fundo do coração. Respondam para vocês. Não precisam responder em voz alta. Gostariam de ter uma cracolândia na frente da sua casa?

O que se passa lá, nesse lugar, é o que eu disse. Vocês estão escolhendo um lugar para o tráfico. Já sabem quem são vocês, quando eu digo isso, não é? Vocês estão acabando com o Centro de São Paulo. Já acabaram com aquela região. Não venham dizer que aquele era o espaço dele, não. Eles invadiram lá. Eles expulsaram alguns moradores, proprietários, de lá. É por isso que existe o Complexo Júlio Prestes. É porque os moradores e comerciantes que estavam lá foram expulsos.

Então, o que é que vocês querem? É acabar com o Centro, para nós sairmos? Os comerciantes de lá avisam, porque, se for para fazer isso, com essas ações que está havendo, da Promotoria Pública, dos direitos humanos, vocês estão acabando com o Centro de São Paulo. Basta andar. A Santa Ifigênia não tem mais os clientes que eles tinham, e não é pelo espalhamento. Quando se fala em espalhamento, de novo, é lá que eles têm de estar?

Eu não sei se eu esqueci, mas eu queria colocar essas duas pautas. Reflitam. Alguém, aqui, quer uma cracolândia em frente à sua casa? Eu já terminei. Essa é a minha pergunta. Essa pergunta vai, também, para a Vereadora Luana Alves. Gostaria que ela respondesse, publicamente, isso, no Facebook ou onde for.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Okay. Vamos ter o nosso último inscrito, agora, que é o Sr. João Carlos, que está no virtual.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA – Boa tarde a todos. Foi muito produtivo e é importante o Ministério Público, o pessoal da OAB e o pessoal das ONGs, também, analisarem o que realmente as pessoas do entorno pensam e querem do Centro, porque, na realidade, a Vereadora saiu com tanta certeza, falando que não querem e tal, que muitas vezes pode ser uma bolha em que vivem, não é? Eu vi a menina da OAB falando que ela queria algo estritamente legal, mas é legal só para a polícia? E o resto? Não é? Será que traficar do lado de uma creche é legal? Traficar no meio da rua é legal? Será que só é visto o legal para nós, que pagamos impostos, para os nossos homens e nossas mulheres que trabalham na força pública?

Assim, é chegada a hora de se pensar nos direitos humanos, de verdade. Não é dando uma marmita no meio da rua, comida no meio do lixo, ou um cobertor fedido para eles dormirem. Não, deem um tratamento, um acolhimento. Vamos acolher essas pessoas. Está na hora de tratar essas pessoas como humanos de verdade.

Na pandemia, não vi ninguém falando que as pessoas tinham de sair à rua e serem tratadas na rua. Tratamento é no hospital. Tratamento é feito de uma forma séria e objetiva. Tem de ser feito um estudo sem viés ideológico, sem essas narrativas falsas, essas histórias. Sempre ficam usando essas pessoas como massa de manobra. Essa é a verdade. É o que vem sendo feito.

Deem residência para quem precisa de residência. Deem tratamento para quem precisa de tratamento. Deem segurança pública para o povo, para todos nós.

Muitas vezes, os usuários são abusados, mesmo. Eles apanham. Eles morrem. Quantas e quantas carroças que vemos, com corpos sendo jogados no rio? Isso acontece e todo mundo sabe. Isso não é novo. Não é de ninguém.

Nós, o povo, queremos ser bem tratados, mas é o povo, todos nós.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Obrigada.

Vou chamar a Sra. Paula, que, na verdade, é a última, porque tinha sido chamada naquela hora e não pôde falar. Está pedindo, aqui. É a Sra. Paula Ventura da Costa, aposentada

e moradora, inscrita pela internet. Tem três minutos, Sra. Paula.

A SRA. PAULA VENTURA DA COSTA – Boa tarde. Meu nome é Paula. Desculpe, mas é que não tenho muito conhecimento tecnológico.

Na realidade, a minha fala já foi colocada diversas vezes, aí, mas, da próxima vez, por que é que vocês não abrem a fala para os moradores, de início? É uma coisa que eu quero colocar.

Outra coisa é que estão falando, aí: nós somos moradores. Nós não somos a favor da violência. Não somos racistas. Não somos higienistas. Não somos fascistas. Queremos o nosso direito, também. Se vocês forem olhar para o Centro, há muitos prédios novos, muita gente trazendo moradores. E, aí? Como é que vai ficar? Não somos a favor de violência. Temos isso. Ninguém é a favor, mas precisamos, sim, da segurança pública.

Os usuários precisam de tratamento. Realmente, há essa questão das comidas nas ruas. Essas ONGs têm os serviços e precisam, mas que tenham um lugar adequado, porque o descarte é feito em qualquer lugar. Depois, temos de ficar ligando para a Prefeitura para fazer a limpeza.

A região central está terrível. A situação econômica do país está complicada. Vão chegar mais moradores em situação de rua, infelizmente. Então, precisamos resolver essa questão social, essa questão de moradia e trabalho, mas tanto nós, moradores, como os usuários e como os comerciantes precisamos de direitos, também.

Então, é só para colocar a fala como moradora aposentada. Gosto do Centro. Queremos o direito de ir e vir, de usar a praça, de sair com o cachorro, de sair à noite. Não podemos mais sair à noite, em qualquer lugar. Eu sei que aqui é sobre a cracolândia, mas o Centro todo está complicado.

Nós, moradores, queremos estar presentes em todos os movimentos, inclusive os sociais, porque queremos uma solução. Queremos resolver. Queremos sentar, conversar, discutir e resolver.

Como se falou agora, quem quer isso na frente da sua casa? Ninguém. Falou-se de

várias pesquisas que já foram feitas no Centro. Fizeram uma pesquisa de alugar um apartamento no fluxo e essa pessoa da pesquisa ficar lá por um ano, para ver toda a situação, a dificuldade? É legal, também, fazer isso, como morador, como frequentador do Centro, mas 24 horas, sete dias por semana, indo trabalhar, voltando, indo para o mercado e para a feira. Façam essa pesquisa, também. Seria interessante, para colocar o que estamos tentando passar, porque, realmente, quem sabe é só quem está no problema.

Aí, é que dá para falar, mas não somos a favor da violência. Não somos racistas. Não somos fascistas. Muito pelo contrário, somos seres humanos. Assim, estamos chegando ao Centro. Mais pessoas vão chegar e precisamos frequentar com segurança. A polícia não tem de ser violenta, mas os assaltos acontecem. Depredação está acontecendo, bem como roubo de fios. Isso é um fato, mas é geral. Essa questão precisamos resolver.

Muito obrigada pela participação. Boa tarde. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sílvia da Bancada Feminista) – Boa tarde. Estamos chegando aos “finalmente” da audiência pública. Já passamos uma hora e 20 a mais do tempo que era previsto para terminar.

Quero dizer que nesta audiência pública, apesar de muitas vezes haver falas conflitantes, de opiniões diferentes, de opiniões divergentes, tivemos democracia, porque todas as pessoas que se inscreveram, tanto pelo *chat* quanto presencialmente, puderam falar. Puderam fazer uso da palavra. Puderam expressar suas opiniões.

Quero agradecer a participação, a contribuição e a vinda dos convidados, representando o Poder Executivo, tanto na figura da Secretaria de Segurança Urbana, como do lope, do General Camilo e do Dr. Severino Vasconcelos, Delegado da Polícia Civil. Quero agradecer a presença dos representantes e das autoridades, bem como da representante da SMADS.

Quero dizer que o tema abrange muitas Secretarias. Abrange segurança pública, mas também abrange assistência social, direitos humanos, habitação, saúde. Não é um tema novo. Esse tema existe há 30 anos. Eu acho que a audiência pública pôde cumprir, também,

com o objetivo de ouvirmos as pessoas, tanto as que fazem trabalho social com os usuários, com a população em situação de rua, mas também os moradores – não que os outros não sejam moradores; todos são moradores do território.

Quando falamos que temos de nos ouvir, não temos só de escutar com os ouvidos, mas devemos ouvir e refletir sobre as coisas que ouvimos. Nesse sentido, das coisas que nós ouvimos aqui, nós vamos tirar...

Ah, quero perguntar para o Vereador Fabio Riva... Acho que não está mais, não é? Tinha pedido a palavra. Está bem. O Vereador não está mais presente, mas quero dizer que somos membros da Comissão de Segurança Pública na Câmara Municipal. Inclusive, eu sou Vice-Presidente dessa Comissão, que é uma Comissão Extraordinária.

A partir das coisas que nós ouvimos, nós vamos encaminhar alguns ofícios de informação, tanto em relação à Operação Caronte, quanto ao Projeto Redenção, do ponto de vista da eficácia dessas operações, dos números. Foi falado por muitas autoridades que está sendo eficiente, que está tendo eficácia. Nós queremos transformar isso em números, em dados – também do Projeto Redenção, porque foi falado aqui que está tendo mais abordagens sociais, de encaminhamento e tudo mais, pela SMADS. Então, nós queremos, sim, que os dados sejam comprovados cientificamente.

Queremos que, a partir desta audiência, possamos pensar em outras políticas públicas que não têm sido adotadas, porque, se elas de fato fossem eficazes e eficientes, nós não teríamos tantos problemas. Então, é preciso, sim, ter outros tipos de políticas públicas, para que outros problemas sejam solucionados. Muita gente, aqui, falou: “Queremos solução.” Então, precisamos pensar em mais políticas públicas, porque as que existem não estão sendo suficientes para as pessoas, tanto as que moram lá, quanto as pessoas que residem lá como população em situação de rua, os usuários e as pessoas que fazem trabalho social.

Pelo jeito, existe, ainda, muita coisa a ser feita. Existe muita insatisfação e esta audiência pública veio com esse objetivo, de fazermos essa reflexão e ouvir, inclusive, o contraditório e a divergência.

Então, quero agradecer toda a participação, às pessoas que estiveram presentes. Se não tivermos mais nada a tratar, eu agradeço a participação dos convidados e inscritos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Tenham todos uma boa tarde.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19367** DATA: **27/06/2022** FL: **71** DE 72
